



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE PORTO NACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

PRACIDINA CHAVES MOURA

**A DESTERRITORIALIZAÇÃO DOS MORADORES DO POVOADO CANELA E A
SUA RETERRITORIALIZAÇÃO NO ESPAÇO URBANO DE PALMAS-TO**

Porto Nacional, TO
2023

PRACIDINA CHAVES MOURA

**A DESTERRITORIALIZAÇÃO DOS MORADORES DO POVOADO CANELA E A
SUA RETERRITORIALIZAÇÃO NO ESPAÇO URBANO DE PALMAS-TO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins - *campus* Porto Nacional, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Linha de pesquisa: Estudos Geo-territoriais.

Orientador: Prof. Dr. Elizeu Ribeiro Lira.

**Porto Nacional, TO
2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- C512d Chaves Moura, Pracidina.
A desterritorialização dos moradores da Vila Canela e a sua
reterritorialização no espaço urbano de Palmas-TO. / Pracidina Chaves Moura.
– Porto Nacional, TO, 2023.
94 f.
Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins
– Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Pós-Graduação
(Mestrado) em Geografia, 2023.
Orientador: Prof. Dr. Elizeu Ribeiro Lira
1. Comunidade Canela. 2. Modo de vida. 3. Espaço urbano. 4.
Desterritorialização. I. Título

CDD 910

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da
UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

PRACIDINA CHAVES MOURA

**A DESTERRITORIALIZAÇÃO DOS MORADORES DO POVOADO CANELA EA
SUA RETERRITORIALIZAÇÃO NO ESPAÇO URBANO DE PALMAS-TO**

Dissertação apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Porto Real, Curso de Geografia, foi avaliada para a obtenção do título de Mestre e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Comissão Examinadora.

Data de Aprovação: __/__/____

Comissão examinadora:

Orientador: Prof^o. Dr. Elizeu Ribeiro Lira

Examinador: Prof^o. Dr. Roberto de Souza Santos

Examinador: Prof^a. Dra. Patrícia Rocha Chaves

Devemos nos preparar para estabelecer os alicerces de um espaço verdadeiramente humano, de um espaço que possa unir os homens para e por seu trabalho, mas não para em seguida dividi-los em classes, em exploradores e explorados; um espaço matéria – inerte que seja trabalhado pelo homem, mas não se volte contra ele; um espaço natureza social aberta à contemplação direta dos seres humanos, e não um fetiche; um espaço instrumento de reprodução da vida, e não uma mercadoria trabalhada por outra mercadoria, o homem fetichizado.

Milton Santos

Dedico este trabalho a todos os antigos moradores do povoado Canela.

AGRADECIMENTOS

A parte mais esperada e mais gratificante da dissertação, todavia, mais difícil, agradecer: como eu tenho a agradecer.

A Deus, por me proporcionar a realizar este sonho. A Ele toda honradez e grandiosidade!

Ao meu orientador, Prof^o. Dr. Elizeu Ribeiro Lira, pela sua presteza, tranquilidade e ponderações no processo de orientação. Serei permanentemente agradecida.

Aos integrantes da banca de qualificação e de defesa da dissertação: Prof^o. Dr. Roberto de Souza Santos e Prof^o. Dr. Eliseu Pereira de Brito, pelas imprescindíveis orientações para a conclusão desta pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins - campus Porto Nacional, pelos momentos de aprendizagem.

Aos colegas de mestrado, pelas trocas de experiências e de conhecimentos, bem como pelo apoio constante e amizade.

Aos meus pais, por me incentivarem a estudar, mostrando e orientando como é preciosa a busca de conhecimento. Valorizando sempre as minhas conquistas na vida acadêmica. Obrigada pelo apoio incondicional e pelos investimentos financeiros.

À minha mãe, Maria Rosimar Ribeiro de Moura, partilho com a senhora a alegria deste momento. Sou resultado dos seus esforços como mulher, mãe, ser humano, profissional e sabedora da importância da busca de conhecimento na vida de forma contínua.

À minha filha, Ana Luiza Moura Costa, por me ensinar a compreender melhor a vida e a viver com mais alegria e amor.

À minha prima Elizabeth Chaves Terra, que tanto me incentivou a fazer a prova para ingressar no mestrado, e pelas trocas de conhecimentos;

A todos os meus amigos que me incentivaram constantemente nesta empreitada, em especial à minha amiga Luzia Asevedo Silva, que sempre sabiamente me ajudou a ponderar e planejar minhas demandas de vida. Muito obrigada! Obrigada por ajudar em minha transformação profissional. A todos, o meu sincero muito obrigada!

Aos moradores do povoado Canela, moradores da Quadra 508 Norte, em especial à moradora Dona Lourdes, a quem tenho imensa admiração, pelo apoio enorme, ao ter me auxiliado na pesquisa, por sempre me receber com carinho e atenção nos trabalhos de campo e responderem com presteza as entrevistas, e pelas oportunidades que me foram proporcionadas.

RESUMO

Este estudo foi desenvolvido com base em análise dos fenômenos socioterritoriais realizados com objetivo de analisar o processo de desterritorialização dos moradores de povoado Canela e sua reterritorialização no Espaço Urbano de Palmas – TO. Assim, esta pesquisa desempenha um papel crucial ao documentar e analisar os impactos da urbanização e da desterritorialização na respectiva comunidade tradicional, aumentando a compreensão dos desafios que esse povo enfrentou, mas também destaca a importância da preservação das identidades culturais e territoriais em um mundo em rápida mudança. Além disso, a pesquisa ressalta a resistência e a determinação dessa comunidade em sua luta para manter suas raízes e sua história, apesar das pressões da urbanização. O reconhecimento dessas lutas é essencial para a promoção de políticas públicas mais justas e inclusivas que considerem as necessidades e os direitos das comunidades tradicionais em um contexto de urbanização contínua. Os antigos moradores do povoado Canela, e que atualmente estão inseridos em um espaço urbano. A desterritorialização dos moradores do povoado Canela, que ficava localizado à margem direita do Rio Tocantins, foi um processo traumático de deslocamento forçado de uma comunidade ribeirinha com forte identidade cultural para uma área urbana distante. Esse iniciou-se com a construção da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, que inundou o antigo povoado e forçou os moradores a se mudarem para a cidade de Palmas-TO. Após serem realocados na Quadra 508 Norte, os moradores enfrentaram dificuldades para se adaptarem a um novo modo de vida e para preservar sua identidade cultural, pois essa mudança forçada gerou perda da identidade cultural e afastamento do modo de vida tradicional da comunidade. No entanto, com o passar do tempo, eles foram reterritorializados no espaço urbano e conseguiram reorganizar suas atividades e tradições, como a celebração do Divino Espírito Santo, assim, a comunidade foi se reterritorializando e criando novos laços de identidade com a cidade, preservando sua cultura e tradições em meio à adaptação ao ambiente urbano. As políticas públicas de preservação da identidade cultural dos moradores do Canela são importantes nesse processo de reterritorialização, por isso, deve envolver a criação de leis para proteger o patrimônio cultural, bem como a realização de estudos para mapear e catalogar as expressões culturais e o incentivo à celebração de festas tradicionais.

Palavras-chave: Comunidade Canela. Modo de Vida. Espaço urbano. Desterritorialização.

ABSTRACT

This study was developed based on an analysis of socioterritorial phenomena carried out with the aim of analyzing the process of deterritorialization of the residents of village Canela and their reterritorialization in the urban space of Palmas-TO. Thus, this research plays a crucial role in documenting and analyzing the impacts of urbanization and deterritorialization on the respective traditional communities, increasing understanding of the challenges these people face, but also highlighting the importance of preserving cultural and territorial identities in a rapidly changing world. In addition, the research highlights the resilience and determination of this community in their struggle to maintain their roots and their history, despite the pressures of urbanization. Recognition of these struggles is essential for the promotion of fairer and more inclusive public policies that take into account the needs and rights of traditional communities in a context of continuous urbanization. The former residents of the village of Canela, who are now living in an urban space. The de-territorialization of the residents of the village of Canela, which was located on the right bank of the Tocantins River, was a traumatic process of forced displacement from a riverside community with a strong cultural identity to a distant urban area. This began with the construction of the Luís Eduardo Magalhães Hydroelectric Power Station, which flooded the old village and forced the residents to move to the city of Palmas-TO. After being relocated to Quadra 508 Norte, the residents faced difficulties adapting to a new way of life and preserving their cultural identity, as this forced change led to a loss of cultural identity and a move away from the community's traditional way of life. However, over time, they were reterritorialized in the urban space and managed to reorganize their activities and traditions, such as the celebration of the Divine Holy Spirit, so the community was reterritorializing itself and creating new bonds of identity with the city, preserving its culture and traditions in the midst of adapting to the urban environment. Public policies to preserve the cultural identity of the residents of Canela are important in this process of reterritorialization, which is why it should involve creating laws to protect cultural heritage, as well as carrying out studies to map and catalogue cultural expressions and encouraging the celebration of traditional festivals.

Keywords: Canela Community. Way of life. Urban space. Deterritorialization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa da localização do povoado Canela no ano de 2001 – Palmas-TO	38
Figura 2 – Imagem aérea do povoado Canela antes da UHL Lajeado.....	41
Figura 3 – Localização da Quadra 508 Norte, antiga Arne 54 (Área Residencial Noroeste). ..	42
Figura 4 – Carta da Vila Canela de quando pertencia a Goiás.....	45
Figura 5 – Mapa do perímetro da discriminatório do povoado Canela, Taquaruçu e Taquari.	47
Figura 6 – Capela Santa Terezinha do Menino Jesus.	51
Figura 7 – Festejo do Divino em 1993 - Imperador Genyscleiton Rodrigues Lima.....	52
Figura 8 – Casa onde começou a escola Daniel Batista.....	52
Figura 9 – Coroação de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro em 1995.	53
Figura 10 – Líder Comunitária Dona Lourdes – O pé de manga foi o segundo local para começar a escola Daniel Batista assim que aumentaram o número de alunos em 1980.....	54
Figura 11 – Casas de alvenaria e telha no povoado Canela.	57
Figura 12– Casa com telhado de palha no povoado Canela.	58
Figura 13 – Casa de alvenaria e telha no povoado Canela.....	58
Figura 14 – Casa de adobo com telhado de palha no povoado Canela.	59
Figura 15 – Escola Estadual Nossa Senhora Perpétuo Socorro. Foi desativada em 1993 pelo governador Moisés Avelino – 1981.	59
Figura 16 – Mapa da Quadra 508 Norte (ARNE 64).....	64
Figura 17 – Festejo do Divino – Imperador.....	66
Figura 18 – Festejo do Divino.	68
Figura 19 – Celebração do festejo do Divino em 2019.....	68
Figura 20– Cartaz do festejo 2023.....	69
Figura 21 – Pessoas com traje azul pertencentes ao Rei e Rainha.	69
Figura 22 – Pessoas de vermelho e branco pertencentes ao Imperador e capitão.....	70
Figura 23 – Última turma de primeira eucaristia e crismando em 1989 - No Barracão da Esperança do Povoado Canela.....	75
Figura 24 – Pescaria do povoado Canela.....	79
Figura 25 – Casa na Quadra 508 Norte.....	82
Figura 26 – Modelo de casas na Quadra 508 Norte.....	83
Figura 27 – Praça pública na Quadra 508 Norte.	84

Figura 28 – Praça pública na Quadra 508 Norte..... 85

LISTA DE SIGLAS

ITERTINS	Instituto de Terras do Estado do Tocantins
TO	Tocantins

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Problema de pesquisa.....	19
1.2 Justificativa.....	20
2 OBJETIVO	22
2.1 Objetivo geral	22
2.2 Objetivos específicos	22
3 METODOLOGIA.....	23
4 O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SOCIOTERRITORIAL DO POVOADO CANELA NO ESPAÇO URBANO DE PALMAS-TO	24
4.1 Uma análise do conceito de território.....	24
4.1.1 Territorialização: uma polissemia em movimento	28
4.1.2 Desterritorialização e reterritorialização	30
4.1.2.1 <i>Periferia e identidade, uma luz sobre a produção de uma comunidade</i>	34
4.1.3 O processo de desterritorialização dos moradores do povoado Canela e suareterritorialização no espaço urbano de Palmas-TO	37
5 A INSERÇÃO DO POVOADO CANELA NO ESPAÇO URBANO DE PALMAS-TO: DO VILEJAMENTO À PERIFERIZAÇÃO	44
5.1 Processo histórico-cultural do povoado Canela.....	44
5.2 O processo idenizatório e seus problemas	55
5.3 A urbanização precária, o problema da infraestrutura e da moradia	60
5.4 Resistência comunitária: os costumes e as festas do Divino vieram junto.....	65
6 A QUADRA 508 NORTE: NOVAS REALIDADES E NOVOS DESAFIOS	71
6.1 Do sertão a modernidade: apreendendo a geografia da cidade	71
6.2 A nova organização social como espaço de lutas pelos direitos.....	75
6.3 Uma quadra diferente dentro de um modelo hegemônico de divisão espacial	80
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	91

1 INTRODUÇÃO

A urbanização é um fenômeno global que impacta diretamente as comunidades, suas culturas e estruturas territoriais. O povoado Canela, anteriormente assistida pelo governo, viu-se subitamente no epicentro de mudanças drásticas, pois em 2001, em razão da construção da Usina Hidrelétrica (UHE) Luís Eduardo Magalhães, em Lajeado (TO), os moradores do povoado Canela foram retirados do local e transferidos para a Arne 64 (508 Norte), pois a área foi inundada pelo Lago de Palmas (SCHULZ, 2016).

Isso mostra que a desterritorialização ocorreu principalmente devido a motivações econômicas associadas à urbanização. Esta pesquisa desempenha um papel crucial ao documentar e analisar os impactos da urbanização e da desterritorialização nas comunidades tradicionais. Ela não apenas aumenta a compreensão dos desafios que essas comunidades enfrentam, mas também destaca a importância da preservação das identidades culturais e territoriais em um mundo em rápida mudança. Além disso, a pesquisa ressalta a resistência e a determinação dessa comunidade em sua luta para manter suas raízes e sua história, apesar das pressões da urbanização. O reconhecimento dessas lutas é essencial para a promoção de políticas públicas mais justas e inclusivas que considerem as necessidades e os direitos das comunidades tradicionais em um contexto de urbanização contínua.

Nessa direção, um dos conceitos-chave que orienta essa discussão é a territorialização, que se refere à criação de laços entre um grupo social e seu território, forjando identidades culturais e históricas profundamente enraizadas. A desterritorialização é o processo pelo qual esses laços são rompidos, frequentemente devido a mudanças no uso da terra ou desenvolvimento urbano. A reterritorialização é a resposta a esse desafio, quando as comunidades buscam reafirmar suas identidades e laços territoriais em novos contextos (MEDEIROS, 2009).

A resistência dos moradores do povoado Canela à desterritorialização é um exemplo marcante de como as comunidades tradicionais enfrentam mudanças drásticas. Através da organização comunitária, eles buscam preservar suas raízes, memórias e identidades, lutando pelo reconhecimento do povoado como uma área de interesse social. Essa luta envolve a reivindicação de direitos territoriais, acesso a serviços públicos, e o fortalecimento de suas culturas e tradições em meio ao ambiente urbano em transformação (CRUZ, 2015).

Além disso, a compreensão da territorialização e da reterritorialização é fundamental para a análise das dinâmicas sociais e territoriais presentes nas cidades brasileiras. Entender como as comunidades se adaptam e se reafirmam em contextos urbanos em constante evolução

é essencial para uma gestão urbana sustentável e inclusiva. Portanto, o entendimento do processo de territorialização e organização socioterritorial do povoado Canela no espaço urbano de Palmas é fundamental para compreender as dinâmicas sociais e territoriais presentes nas cidades brasileiras. A resistência dos moradores à desterritorialização por meio da organização comunitária e da busca pelo reconhecimento do povoado como área de interesse social são exemplos de estratégias que contribuem para a manutenção da identidade cultural e territorial dos povoados e comunidades tradicionais (SANTOS, 2017).

Palmas é a capital do estado de Tocantins, é uma cidade planejada e projetada para ser o centro político e administrativo da região. Com uma população de mais de 300 mil habitantes, o espaço urbano de Palmas é caracterizado por uma arquitetura moderna e funcional, ruas largas e arborizadas e uma infraestrutura básica de qualidade. A cidade é dividida em quadras, com ruas numeradas e organizadas em um sistema de setores. Cada setor tem suas próprias características e funções, como residencial, comercial e institucional. A cidade também conta com diversas áreas verdes e parques, como o Parque Cesamar e o Parque dos Povos Indígenas, que oferecem opções de lazer e atividades ao ar livre para a população (SCHULZ, 2016).

Apesar de ser considerada uma cidade relativamente nova, Palmas tem enfrentado alguns desafios urbanos, como a expansão desordenada de algumas áreas periféricas e a falta de infraestrutura em algumas regiões. Algumas áreas da cidade ainda carecem de serviços básicos, como saneamento básico e coleta de lixo. Além disso, a cidade também tem sido afetada pela especulação imobiliária e pela gentrificação em algumas áreas. Isso tem levado ao aumento dos preços dos imóveis e a expulsão de moradores de baixa renda para áreas mais afastadas e com menos infraestrutura.

Existem muitos desafios no espaço urbano de Palmas, que ao longo dos anos passou por transformações positivas, com a implantação de novos projetos de desenvolvimento urbano e programas sociais voltados para a população mais vulnerável. A cidade também tem se destacado por sua preocupação com a preservação ambiental e com a promoção da mobilidade sustentável, com a construção de ciclovias e a ampliação do transporte público.

Nessa direção, a discussão em torno dos conceitos Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização situa-se no contexto da geografia, embora relativamente pouco estudados pelos geógrafos. Segundo Chelotti (2010), abordar esses conceitos a partir do discurso geográfico permite dotar a geografia de um corpo teórico-conceitual renovado e necessário para entender a complexidade do mundo contemporâneo. Portanto, é importante definir esses termos básicos para elucidar a abordagem de novas configurações urbanas dos territórios em desenvolvimento, foco desta dissertação. Dessa forma, passaremos em seguida a examinar os

conceitos de Território e Territorialização.

Os conceitos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização são fundamentais para compreendermos as transformações que ocorrem nos espaços sociais ao longo do tempo. Cada um desses conceitos representa uma dimensão particular da relação entre a sociedade e o espaço, e juntos ajudam a explicar como as pessoas constroem e transformam os lugares onde vivem.

Territorialização é o processo pelo qual as pessoas criam laços de pertencimento e identidade com um determinado espaço. Isso pode acontecer de diversas formas, como através da ocupação do território, da construção de instituições e da promoção de práticas culturais e sociais. A territorialização é um processo que pode ser visto em todas as escalas, desde a casa onde moramos até o país em que vivemos (ALMEIDA, 2014).

Por outro lado, a desterritorialização é o processo pelo qual as pessoas perdem suas conexões com um espaço específico. Isso pode acontecer por diversas razões, como conflitos, migrações forçadas, desastres naturais ou processos de gentrificação e especulação imobiliária. A desterritorialização pode levar a perda de identidade e laços sociais, bem como a marginalização e exclusão social (ALMEIDA, 2014).

Por fim, a reterritorialização, segundo Chelotti (2010), é o processo que pelo qual as pessoas recuperam ou criam novas conexões com um espaço específico, muitas vezes como forma de resistência ou adaptação às mudanças sociais e políticas. A reterritorialização pode ser vista em movimentos sociais, como os movimentos indígenas e quilombolas, que lutam pelo direito de ocupar e preservar seus territórios tradicionais.

Esses conceitos são interdependentes e muitas vezes se inter-relacionam de maneiras complexas. Por exemplo, a desterritorialização pode levar a processos de reterritorialização, como quando os moradores expulsos de uma área urbana se organizam e lutam pelo direito de retornar e ocupar seus antigos lares. Da mesma forma, a territorialização pode levar a conflitos e processos de desterritorialização, como quando uma comunidade é expulsa de seu território para dar lugar a projetos de desenvolvimento.

Os conceitos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização são fundamentais para compreendermos como as sociedades constroem e transformam seus espaços ao longo do tempo, e como as pessoas lutam para manter suas conexões com os lugares onde vivem. Esses conceitos são importantes para a análise e compreensão dos processos sociais e espaciais em todo o mundo.

É fundamental entender também, que Território é percebido como um espaço que abriga identidade ou mesmo como um espaço de identificação. Na perspectiva de Medeiros (2009), o

sentimento é a sua base e a forma espacial importa muito pouco, pois esta pode ser variável. Trata-se nesse caso de identidades itinerantes ou em permanente diáspora, cuja territorialidade pode ser mais virtual do que real. O “território” para essa autora pode mesmo ser imaginário e até mesmo sonhado. É a partir desse imaginário que a sua construção tem início. O espaço e o território não podem ser dissociados, pois enquanto o primeiro se faz necessário para demarcar a existência do segundo, este último, por sua vez, é a condição para que o espaço se humanize. O território é um espaço político, um jogo político, um lugar de poder. Negar o território é risco de crise. O território também pode ser um lugar de ritos, expressando valores e confrontando crenças (MEDEIROS, 2009).

Para Saquet (2007), o território é um compartimento do espaço como fruto de sua diversificação e organização, e tem duas funções principais: servir de abrigo, como forma de segurança, e servir como trampolim para oportunidades, daí a sua relação direta com o poder e a dominação. Nesse sentido, o território assume significados distintos para diferentes sociedades ou grupos sociais dominantes.

Território é natureza e sociedade: não há separação: é economia, política e cultura; edificação e relações sociais; des-continuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental etc. Em outras palavras, o território significa heterogeneidade e traços comuns, apropriação e dominação historicamente condicionadas; é produto e condição histórica e transescalar; com múltiplas variáveis, determinações, relações e unidade. É espaço de moradia, de produção de serviços, de mobilidade, de desorganização, de arte, de sonhos, enfim, de vida (objetiva e subjetivamente). O território “é processual e relacional, (i)material, com diversidade e unidade, concomitantemente” (SAQUET, 2006, p. 83).

Já a desterritorialização, está ligada à fragilidade das fronteiras, especialmente das fronteiras estatais – o território, sendo aí, sobretudo, um território político. Segundo Haesbaert (2009), desterritorialização também pode estar ligada à hibridização cultural que impede o reconhecimento de identidades claramente definidas. O território aqui é, antes de tudo, um território simbólico, ou um espaço de referência para a construção de identidades. Entende-se que a concepção de território como uma noção simbólico-cultural, mais subjetiva, que diz respeito à apropriação e valorização simbólica, e a noção de desterritorialização como negociação política, se enquadram na nessa proposta de analisar a comunidade Canela, situada anteriormente no espaço agora ocupado pelo lago da hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães, através das transformações sofridas com a transferência para o espaço urbano da cidade de Palmas, que promove a ressignificação dos valores socioculturais, que em tese, seriam naturalizados pelos seus membros, em outro espaço.

Para Raffestin (1993), o território não é precisamente estabelecido apenas pela construção e delimitação de fronteiras. Para que um território seja estruturado, mais do que isso, são necessárias à sua afirmação e apropriação a partir de uma relação de poder, Territorializar, nesse sentido, significa manifestar um poder em uma área específica. Quanto à territorialidade, por Raffestin (1993), entende-se como territorialização, quando ao apropriar-se de um espaço, concreto ou abstrato (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço, e que territorialidade aparece constituída de relações mediatizadas, simétricas ou dissimétricas com a exterioridade. Podemos, a partir de então, buscar compreender o processo de afirmação e apropriação da comunidade Canela no seu novo espaço urbano, a partir de suas relações de poder.

Destaca-se que o povoado Canela surgiu no século XIX, com a chegada da família Batista que foram os fundadores do povoado que era situado à margem direita do rio Tocantins, distando 10 km do centro da capital, Palmas, e estava assentado numa área de 219.339 ha (PARRIÃO, 2011).

Nesse, existiam 197 (cento e noventa e sete) famílias proprietárias de lotes. O acesso era pela TO-080, estrada pavimentada que também dava acesso à antiga praia da Graciosa. O Canela pertenceu inicialmente ao município de Porto Nacional. A economia baseava-se na criação de gado e produção agrícola de subsistência, nas vastas extensões de terras devolutas. As famílias se organizaram, construindo novas casas à medida que seus membros formavam outros núcleos familiares. Essa comunidade fundamentou o seu modo de vida na unidade de produção familiar, sendo um aglomerado camponês, uma vez que toda a sua estrutura social estava baseada no trabalho com a terra e na produção familiar, através da família elementar: pai, mãe e filhos (SANTOS, 2017).

Convém dizer que a vida no povoado Canela seguia seu ritmo próprio, sendo o rio Tocantins, uma das bases de sustentação daquela comunidade. A irrigação dos roçados e hortas vinham do rio, havia também a produção de puba da mandioca para a fabricação da farinha. Os moradores praticavam a pesca artesanal com anzol, durante todo o ano, sendo o peixe a base alimentar da comunidade (SANTOS, 2017).

Quando houve a desapropriação para a Arne 54, em Palmas, mudaram-se somente 72 famílias, cento e noventa e sete famílias que existiam no povoado Canela e que eram proprietárias do seu lote. As demais fizeram “opção” por receber indenizações e construir suas casas em outras localidades. As famílias não proprietárias foram relocadas para o setor Santa Bárbara, bairro periférico de Palmas, o entendimento foi que essas famílias por não serem proprietárias, não têm direitos a indenizações (SANTOS, 2017).

Atualmente, a comunidade Canela encontra-se localizada na zona urbana do município de Palmas, capital do Estado do Tocantins, mais precisamente na quadra 508 Norte, antiga Arne 64 – Plano Urbanístico. As primeiras famílias a deixarem o povoado foram as que lá chegaram, após a construção de Palmas, e foram definidas como ocupantes; pessoas que não tinham benfeitorias ou que moravam de favor. Essas famílias foram para os Aurenys e Taquaralto (setor Santa Bárbara). Os moradores mais antigos e aqueles que construíram benfeitorias como casas e roçados se deslocaram para o plano diretor de Palmas. Os terrenos, para continuarem suas atividades agrícolas, estão localizados a 30km de Palmas, sentido Porto Nacional (SOUZA, 2014).

Na cidade, a vida dos habitantes do povoado Canela, como acontece com outros reassentamentos, mudou bastante, apesar de terem ocupado novas casas e a quadra contar com uma infraestrutura básica numa tentativa evidente de reproduzir o que existia no lugar de origem. Alguns moradores, todavia, já venderam suas casas e buscam empregos comuns na cidade, sem qualificação, ocasionando vários problemas de ordem emocional, social e financeira (SANTOS, 2017).

1.1 Problema de pesquisa

O planejamento urbano de Palmas adotou os princípios do urbanismo modernista do século XX, cuja essência é as relações entre o espaço e a sociedade que nele vive, por isso as cidades, tem um funcionamento com fatores que contribuem para a organização, mobilidade urbana, infraestrutura e uma arquitetura com o uso do concreto armado, do aço, do vidro e as linhas retas entre outros (REIS, 2011).

Palmas foi formada por desmembramento e anexação da área com isso o Distrito de Canela foi anexado ao espaço urbano de Palmas pelo Decreto de 13 de fevereiro de 1990. No entanto, desde 2001, essa área onde de localizava o povoado Canela encontra-se submersa em decorrência da construção da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães no município de Lajeado, o que por sua vez, com seus moradores reassentados para o Plano Diretor de Palmas na Arne 54 (508 Norte) (CRUZ, 2015).

Nesse sentido, surgiu como problema de pesquisa uma pergunta: Como está à situação atual dos antigos e tradicionais moradores do povoado Canela em Palmas? Destaca-se que por ser uma comunidade ribeirinha que vivia às margens do Rio Tocantins e que hoje vive em áreas periféricas da cidade de Palmas, é fundamental descrever sobre a sua territorialização, organização e reorganização social.

1.2 Justificativa

O presente trabalho aborda o entendimento de que para compreendermos o povoado e a comunidade Canela, deve se levar em consideração o seu contexto cultural, social, político, histórico e geográfico. Nesse sentido, a questão sobre territorialização é colocada frente à conjuntura que se forma ao longo da criação do estado do Tocantins e mais precisamente, da capital, Palmas, considerando que “a história de uma dada cidade se produz através do urbano que ela incorpora ou deixa de incorporar” (SANTOS, 1994). Ou seja, desde a sua fundação já se previa a construção de uma usina hidrelétrica e, por conseguinte, a formação de um lago que traria uma mudança radical nas vidas dos habitantes das comunidades ali localizadas.

Abordar os conceitos de desterritorialização e reterritorialização a partir do discurso geográfico permite dotar a Geografia de um corpo teórico-conceitual que é importante para entender a complexidade do mundo contemporâneo (CHELOTTI, 2010). Portanto, aí reside uma grande contribuição para a justificativa e discussão desse projeto.

Para Haesbaert (2004), é necessário destacar a forte vinculação da obra dos autores com a Geografia, principalmente (mas não apenas) através do conceito de desterritorialização. Para o autor, devemos pensar a territorialização e a desterritorialização como processos concomitantes, ou seja, fundamentais para compreendermos as práticas humanas.

Entendemos que o conceito de território carece de constante revisão quando que Santos (1996), admite que é o uso do território, e não o território em si, que faz dele objeto de análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. A partir desta constatação, podemos dizer que o presente estudo busca compreender o processo atual da comunidade Canela de reterritorialização no espaço urbano de Palmas.

Nessa direção, a compreensão da história do povoado Canela é importante neste estudo, tendo em vista essa comunidade, ao se defrontar com a proposta de reterritorialização, que vem buscando, de maneira dinâmica, elementos estruturais que deem suporte para a manutenção de seus valores, de sua memória, tradição e história. Essa estratégia, pode-se dizer, possui uma dimensão política que favorece a um só tempo, a permanência, a existência e a sobrevivência da comunidade.

Por isso, ao levar em consideração esse amplo contexto, a questão sobre a situação do povoado e a comunidade Canela deve ser compreendida de uma perspectiva das representações dos valores, costumes e tradições e, com uma dimensão política sem a qual é impossível entendê-la. Pois, como refere Rodrigues (1988), habitação é sem dúvida um dos principais

pontos da discussão que norteia a análise dos problemas brasileiros.

2 OBJETIVO

2.1 Objetivo geral

Analisar o processo de desterritorialização dos moradores dos moradores do povoado Canela e sua reterritorialização no espaço urbano de Palmas.

2.2 Objetivos específicos

1. Abordar a história sociocultural do povoado Canela.
2. Identificar e analisar a questão do processo de representações dos valores, costumes e tradições presentes entre os novos moradores da Quadra 508 norte do povoado Canela.
3. Refletir sobre o processo de territorialização e organização social do povoado Canelano espaço urbano de Palmas-TO.

3 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos estão baseados em análise dos fenômenos socioterritoriais realizados na e pela comunidade no novo espaço urbano de Palmas. Esses estudos foram orientados pelos referenciais teóricos contidos em materiais bibliográficos específicos.

A materialidade dos fenômenos foi observada a partir de trabalhos de campo, através dos quais estão realizadas entrevistas com os moradores mais velhos e aplicação de questionários juntos as instituições públicas e privadas para coleta de dados referente as novas formas de relações socio territoriais e o novo modo de vida.

A caracterização das manifestações socioterritoriais estão realizadas através de observações sistemáticas *in locus* com auxílio de equipamentos fotográficos e áudio visuais, referenciado teoricamente pela literatura específica, isto é um levantamento bibliográfico que trata do tema das cidades planejadas e da urbanização brasileira. Portanto, as ferramentas utilizadas para realizar a pesquisa foram fotografias, entrevistas, documentos oficiais entre outros.

Para identificar os elementos geo-históricos que mostrem a origem da comunidade, foram realizados levantamentos na paróquia da região por meio de solicitações formais junto a tais órgãos. Procurou-se ter o acesso as políticas públicas em relação à preservação da identidade cultural do estado do Tocantins, e a política de incentivo do Governo Federal, direcionados a moradias popular no Estado do Tocantins e da Secretaria de serviços urbanos de Palmas, com o intuito de compreender o grau de atenção do Estado para com as populações atingidas por barragens e pela urbanização (des)controlada.

4 O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SOCIOTERRITORIAL DO POVOADO CANELA NO ESPAÇO URBANO DE PALMAS-TO

4.1 Uma análise do conceito de território

O conceito de território é um dos mais importantes na geografia e nas ciências sociais. Ele é utilizado para descrever a relação entre os seres humanos e o espaço que eles ocupam, e pode ser definido como um espaço delimitado e controlado por um determinado grupo social. No entanto, a definição de território não é simples e apresenta diferentes abordagens, dependendo do campo de estudo e da perspectiva teórica adotada. Algumas abordagens consideram o território como um espaço físico e geográfico, enquanto outras enfatizam sua dimensão política e social, e outras ainda destacam a relação entre os seres humanos e a natureza.

De acordo com Lira (2010), um dos primeiros autores a se empreender na abordagem do tema “Território” foi Claude Raffestin (1993). É de grande relevância a sua obra sobre o caráter político do território, bem como a sua compreensão sobre o conceito de espaço geográfico, pois o entende como substrato, um palco, preexistente ao território.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator territorializa o espaço (RAFFESTIN, 1993).

A princípio o termo “Território” se mostra como sendo o lugar ou os sistemas onde se vive e se trabalha na relação com outros. Já a “Territorialização” é aquele processo pelo qual se traz os diferentes elementos do seu território de origem juntos e percebidos como um todo (LIMA; YASUI, 2014).

Uma das abordagens mais difundidas é a concepção de território como um espaço delimitado e controlado por um Estado ou por uma nação. Nessa perspectiva, o território é considerado como um elemento essencial para a soberania e a segurança nacional, e é frequentemente utilizado para estabelecer fronteiras e limites territoriais. Outra abordagem importante é a concepção de território como um espaço construído socialmente, onde as relações de poder e as dinâmicas socioeconômicas são determinantes na sua configuração. Nessa perspectiva, o território é entendido como um espaço de luta e de conflito, onde diferentes grupos sociais disputam o controle e a utilização do espaço (HAESBAERT, 2004).

Além disso, há abordagens que enfatizam a relação entre os seres humanos e a natureza, e que consideram o território como um espaço que deve ser preservado e protegido da ação humana. Essa perspectiva está relacionada ao desenvolvimento sustentável e a preocupação com a conservação ambiental. Independentemente da abordagem adotada, o conceito de território é importante para entender as dinâmicas socioespaciais presentes nas sociedades contemporâneas. O território é um espaço onde se manifestam as relações de poder, as dinâmicas econômicas e sociais, as práticas culturais e as identidades coletivas. Ele é, portanto, um elemento central para a compreensão das relações sociais e espaciais em diferentes contextos históricos e geográficos (LIRA, 2010).

Assim, é de fundamental importância entender que o Território deve ser percebido como um espaço que abriga identidade ou mesmo um espaço de identificação. Na perspectiva de Medeiros (2009), o sentimento é a sua base e a forma espacial importa muito pouco, pois esta pode ser variável. Trata-se nesse caso de identidades inerentes ou em permanente diáspora, cuja territorialidade pode ser mais virtual do que real.

Ainda na perspectiva de Medeiros (2009), o território pode mesmo ser imaginário e até mesmo sonhado. É a partir desse imaginário que a sua construção tem início. O espaço e o território não podem ser dissociados, pois enquanto o primeiro se faz necessário para demarcar a existência do segundo, este último por sua vez, é a condição para que o espaço se humanize. O território é um espaço político, um jogo político, um lugar de poder. Negar o território é risco de crise. O território também pode ser um lugar de ritos, expressando valores e confrontando crenças.

Conforme bem destacou Abrão e Marques (2010), território é um espaço socialmente construído que se caracteriza por suas origens históricas, culturais, técnicas e político-econômicas. Os territórios são reconhecíveis por seus espaços discretos, distintos, delimitados, mensuráveis e comunicáveis que são deliberadamente criados em um esforço para atingir certos objetivos sociais.

Nesse sentido, leciona Saquet (2007) que território é uma relação e um resultado do processo de territorialidade, que é definido como uma tentativa de um indivíduo ou grupo de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos ao delimitar e afirmar o controle sobre uma área geográfica. Como estratégia, a territorialidade está intrinsecamente ligada às relações sociais que estruturam as aspirações e possibilidades de produção de territórios. Essa abordagem relacional da territorialidade, quando combinadas, enriquece a noção de territorialidade como estratégia que produz relações sociais ao mesmo tempo que é produzida por elas.

No entendimento de Haesbaert (2007), “[...] o território é um ato, uma ação, uma relação, um movimento que se repete e sobre o qual se exerce um controle”. Nesse sentido, território pode se desterritorializar, ou seja, é capaz de transformar-se em um novo território, ou até mesmo ser destruído, abrindo-se para outras possibilidades.

Segundo Haesbaert (2007), a territorialidade não pode ser entendida como uma característica inerente aos grupos sociais ou aos territórios, mas como um processo social construído a partir de relações de poder. Para ele, a territorialidade é uma forma de dominação e controle social exercido pelos grupos hegemônicos sobre os territórios e as populações.

Haesbaert destaca que as políticas de globalização e neoliberalismo estão contribuindo para a perda de poder dos Estados nacionais e para a emergência de novos atores e escalas na gestão dos territórios. Além disso, propõe uma crítica à ideia de que os territórios são entidades homogêneas e fechadas, defende que eles são sempre permeáveis e interconectados com outros territórios. Essa visão permite entender a complexidade dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, bem como a resistência das populações locais às políticas de dominação e controle (HAESBAERT, 2007).

Na concepção de Haesbaert sobre territorialidade destaca a importância das relações de poder na construção e gestão dos territórios, e enfatiza a complexidade e a interconexão dos processos espaciais. Essa abordagem crítica e reflexiva é fundamental para compreendermos as dinâmicas sociais e espaciais contemporâneas.

Assim, esta concepção é importante, pois não analisa o território como um espaço neutro, e sim numa perspectiva mais abrangente, considerando este espaço como “locus de constante disputa de poder, seja sob uma perspectiva de terra (*territorium*), onde predomina a dominação de natureza jurídico-política do uso do recurso “terra” para fins de reprodução econômica” (ALMEIDA, 2014). O autor chama a atenção para uma concepção ligada ao instrumento de imposição de terror/medo dos atores hegemônicos aos atores hegemonzados e, conseqüentemente, menos influentes.

[...] a territorialização possui quatro objetivos básicos que se combinarão conforme o contexto em que se dá: abrigo físico (fonte de recursos materiais/ meio de produção); identificação de grupos de interesse através de dimensões espaciais (fronteiras geográficas); controle através do espaço, por meio dos espaços individualizados; e construção/controle de conexões e redes. Ainda sobre os processos de territorialização, afirma que a Pós-Modernidade caracteriza-se pelo maior controle e mobilidade dos fluxos/redes, assim como por suas diversas conexões. Em outras palavras, o movimento torna-se elemento fundamental na (re)construção do território, fazendo com que surjam contrapontos entre os antigos territórios-zona - focados na lógica estatal de controle dos fluxos que definem mecanismos de domínio de áreas, normalmente limitadas por fronteiras delimitadas - e os chamados territórios-rede - baseados na lógica empresarial e também controlando fluxos canalizados prioritariamente através de nódulos de conexão que garantam maiores resultados econômico-financeiros (ALMEIDA, 2014, p. 74-75).

Conforme asseverado pelos autores Haesbaert (2007) e Ramos (2004), um território, no sentido etiológico, é entendido como o ambiente de um grupo, por exemplo, um bando de lobos, um bando de ratos, ou um grupo de nômades, que não pode ser localizado objetivamente, mas é constituído pelos padrões de interação através dos quais o grupo ou pacote garante uma certa estabilidade e localização. Da mesma forma que o ambiente de uma única pessoa – seu ambiente social, espaço de convivência pessoal ou seus hábitos – pode ser visto como um “território”, no sentido psicológico, do qual a pessoa age ou retorna.

Nesse ponto, a concepção de Haesbaert (2004), fortemente se entrelaça à diferença entre um modo de pensamento imanente e transcendente, pois a territorialidade pode ser compreendida como abstração teórica para território ou ter um sentido efetivo, tanto material (controle físico), quanto imaterial (controle simbólico, imaginário) e, também, na concepção de espaço vivido.

Seguindo esse sentido, já existem processos de desterritorialização e requalização - como processos de tal território (psicológico) em andamento, que designam o status da relação dentro de um grupo ou dentro de um indivíduo psicológico. Os processos de absolutas: enquanto as desterritorializações relativas mantêm a possibilidade de requalização, as desterritorializações absolutas são marcadas pela impossibilidade de serem territorializadas novamente. Por isso, as requalizações são sempre absolutas e nunca relativas, pois elas, por si só, levam de volta a um território (HAESBAERT, 2007; RAMOS, 2004).

E por fim, de acordo com Saquet (2007), o território é um compartimento do espaço como fruto de sua diversificação e organização e tem duas funções principais: servir de abrigo, como forma de segurança e servir como trampolim para oportunidades, daí a sua relação direta com o poder e a dominação. Nessa direção, o território assume significados distintos para diferentes sociedades ou grupos sociais dominantes.

Território é natureza e sociedade: não há separação: é economia, política e cultura; edificação e relações sociais; des-continuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental, etc. Em outras palavras, o território significa heterogeneidade e *traços comuns*, apropriação e dominação historicamente condicionadas; é produto e condição histórica e transescalar; com múltiplas variáveis, determinações, relações e unidade. É espaço de moradia, de produção de serviços, de mobilidade, de desorganização, de arte, de sonhos, enfim, de vida (objetiva e subjetivamente). O território é processual e relacional, (i)material, com diversidade e unidade, concomitantemente (SAQUET, 2006, p. 83).

Milton Santos, um dos mais importantes geógrafos brasileiros, contribuiu significativamente para a compreensão da territorialidade. Em sua concepção, o território é uma construção social e histórica que resulta das relações sociais que se estabelecem sobre o espaço

geográfico. O território é um espaço socialmente construído, ou seja, é resultado de um conjunto de relações e práticas sociais que se estabelecem sobre ele. Essas relações são mediadas pelos atores sociais e pelas estruturas de poder, que moldam as formas como as pessoas se relacionam com o espaço (SANTOS, 1994).

O conceito de territorialidade para Santos (1994) tem como base a ideia de que a apropriação do espaço pelos grupos sociais é um processo histórico e dinâmico, que envolve disputas e conflitos. Ele também destaca que os processos de territorialização não são homogêneos, mas podem ser heterogêneos, complexos e contraditórios.

Santos (1994) destaca ainda, que os processos de territorialização podem ser alterados ao longo do tempo, seja pela ação dos próprios atores sociais que os constituem, seja pela intervenção de políticas públicas ou de outros agentes externos. Isso significa que os territórios são dinâmicos e estão em constante transformação.

Resumidamente, na concepção de territorialidade Santos destaca a importância das relações sociais e de poder na construção dos territórios, bem como a sua complexidade e heterogeneidade. Essa abordagem teórica é fundamental para a compreensão dos processos espaciais contemporâneos e para o desenvolvimento de políticas públicas mais justas e efetivas. Portanto, cada sociedade organiza seu espaço combinando esses elementos e, assim, produz seu território relacional e multidimensionalmente. O território é historicamente formado a partir do espaço pelas relações sociais, feitas entre os atores e entre eles e a natureza, organizadas com os conteúdos de um sistema territorial. Os atores possibilitam assegurar a coesão dos territórios, o controle das pessoas e das coisas, de acordo com suas estratégias, tecnologias e seus interesses.

Percebe-se que o conceito de território é complexo e apresenta diferentes abordagens e significados, dependendo do campo de estudo e da perspectiva teórica adotada. No entanto, sua importância para a compreensão das dinâmicas socioespaciais é inquestionável, uma vez que o território é um elemento central nas relações entre os seres humanos

4.1.1 Territorialização: uma polissemia em movimento

Territorialização é um termo que vem sendo utilizado em diversas áreas do conhecimento, como geografia, antropologia, sociologia, entre outras. Apesar de ter uma origem etimológica que remete a território, o conceito vai muito além disso. Neste artigo, vamos explorar a polissemia da territorialização, destacando suas múltiplas dimensões e as diferentes maneiras como ela é utilizada em diversas áreas do conhecimento. Conforme Ferreira (2014),

a territorialização refere-se a projetos territoriais específicos em que vários atores desenvolvem estratégias territoriais (territorialidade) para produzir espaços delimitados e controlados (território) para alcançar determinados efeitos. Um objetivo comum da territorialização é governar pessoas e recursos localizados dentro e ao redor do território. O controle pode ser pesado, como no despejo forçado de pessoas de terras ancestrais. Mas a “conservação coerciva” é apenas uma das muitas modalidades de territorialização (ALMEIDA, 2014).

É importante ressaltar que a territorialização não se limita a uma dimensão espacial, mas envolve também aspectos políticos, econômicos, culturais e simbólicos. Em outras palavras, a territorialização é uma prática social que envolve a construção de significados, identidades e relações de poder em um determinado território. Essa prática pode ser realizada tanto por grupos dominantes quanto por grupos subalternos, que buscam reivindicar seu espaço e sua voz na sociedade. Enfatizam Teixeira e Andrade (2010), que a territorialização também pode funcionar indiretamente por meio da prescrição e proibição de certas atividades que afetam o acesso, controle e gerenciamento de recursos. Essa reconfiguração socioespacial é tipicamente alcançada com o estabelecimento de novas leis, regulamentos e autoridades que alteram as relações humano-ambientais.

Esse processo também é caracterizado pela implantação de discursos de desenvolvimento de ambiente. Esses discursos muitas vezes retratam os atores estatais como administradores esclarecidos dos recursos naturais, capazes de abordar os problemas de meio ambiente e desenvolvimento de maneira responsável e sustentável. Os usuários de recursos, por outro lado, são tipicamente descritos pelos atores estatais como destrutivos, ineficientes e ignorantes que precisam ser reorganizados e disciplinados por meio de novos arranjos socioespaciais engendrados pelo Estado. Novas subjetividades e colaborações, bem como resistência, podem emergir dentro dessas geografias de desenvolvimento do ambiente remodeladas (TEIXEIRA; ANDRADE, 2010).

Na geografia, a territorialização é entendida como um processo pelo qual os grupos sociais constroem e transformam seus territórios, através da apropriação, ocupação e uso dos recursos naturais. Nesse sentido, a territorialização está relacionada à noção de espaço e às práticas sociais que ocorrem nesse espaço. Na antropologia, a territorialização é vista como um processo cultural e simbólico, que envolve a construção de identidades coletivas em torno de um território específico. Essas identidades são construídas a partir da relação dos grupos sociais com o espaço em que vivem, e podem ser expressas em práticas culturais, como festas, rituais e tradições. Na sociologia, a territorialização é analisada a partir da relação entre poder e espaço. Nesse sentido, a territorialização pode ser vista como uma estratégia de dominação

por parte dos grupos sociais que detêm o poder, ou como uma forma de resistência por parte dos grupos subalternos, que buscam reivindicar seus direitos e sua voz na sociedade (TEIXEIRA; ANDRADE, 2010).

Além disso, a territorialização também pode ser entendida como um processo dinâmico e em constante movimento, isso significa que os territórios não são fixos e imutáveis, mas estão em constante transformação, influenciados por diversos fatores, como as mudanças sociais, políticas e ambientais.

Em suma, a territorialização é uma prática social complexa e polissêmica, que envolve múltiplas dimensões e pode ser abordada de diferentes perspectivas, seja na geografia, na antropologia, na sociologia ou em outras áreas do conhecimento, a territorialização é um conceito fundamental para a compreensão das relações entre espaço, poder e identidade. Nesse sentido, é importante valorizar a diversidade de perspectivas e de abordagens que o conceito de territorialização oferece, buscando compreender sua complexidade e sua dinamicidade em movimento.

4.1.2 Desterritorialização e reterritorialização

Neste ponto do estudo, passaremos a examinar os conceitos de desterritorialização e reterritorialização, vistos como processos importantes para a compreensão da mudança social. A desterritorialização pode ser seguida pela reterritorialização, a formação de novas combinações dos elementos que compõem o território original. As direções em que esses movimentos tendem a ser ‘linhas de fuga’ levando a ‘produções desejantes’ (GARLET; ASSIS, 2009).

A desterritorialização é um processo de mudança implícito nas possibilidades de um território. Implica uma interação contínua entre diferentes elementos dentro do território, uma interação que pode levar ao desequilíbrio, provocando movimento e mudança. A desterritorialização está ligada à fragilidade das fronteiras, especialmente das fronteiras estatais – o território, sendo aí, sobretudo um território político (HAESBAERT, 2009).

Segundo Haesbaert (2009, p. 95), “desterritorialização também pode estar ligada à hibridização cultural que impede o reconhecimento de identidades claramente definidas”. O

território aqui é, antes de tudo, um território simbólico, ou um espaço de referência para a construção de identidades.

Nessa direção, os sujeitos desterritorializados encontram-se com sua capacidade cidadã despolida, o que significa que desterritorialização pode estar relacionada com a perda ou negação de direitos civis, políticos e sociais, junto a isso a falta de sentimento de pertencimento ao espaço e ao grupo em que se insere.

Haesbaert (2004) acrescenta ainda que, a desterritorialização fala da perda da relação “natural” entre a cultura e o social e os territórios geográficos. Nesse mesmo raciocínio Garlet; Assis (2009) descreve-a como uma profunda transformação do vínculo entre nossas experiências culturais cotidianas e nossa configuração como preferencialmente local seres.

Como Haesbaert (2004) argumenta, “a noção com pretensão nova é que não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização sem ao mesmo tempo um esforço para se reterritorializar em outra parte”. Nesse sentido, o próprio tecido do espaço da experiência se altera, unindo proximidade e distância de maneira que têm poucos paralelos próximos em momentos anteriores.

Lembra Lameira (2013) que, é muito importante não interpretar a desterritorialização de experiências culturais localizadas como um empobrecimento da cultura de interação, mas como uma transformação produzida pelo impacto do crescimento e conexões transnacionais culturais que tem na comunidade local, que significa que a desterritorialização gera uma relativização e uma transformação das experiências culturais locais, seja a partir do próprio evento local ou por a projeção de formas simbólicas do evento local.

Num contexto intensamente desterritorializado, a globalização das experiências cotidianas torna cada vez mais difícil manter um senso estável de identidade cultural local, incluindo identidade nacional, pois nosso cotidiano se entrelaça cada vez mais com influências e experiências de origem remota (HAESBAERT, 2020).

Haesbaert (2004) faz ainda uma distinção entre processos de desterritorialização *ex situ* e desterritorialização *in situ*. Assim, a desterritorialização *ex situ* ocorre quando é consequência de uma deslocação dos indivíduos. A desterritorialização *in situ* ocorre sem haver necessidade de os indivíduos abandonarem os seus referenciais de localização, ou seja, não deixam o seu território mais o acesso fica limitado, condicionado.

[...] a desterritorialização será um processo (muitas vezes violento e quase sempre involuntário) de “privação de território”, perda de controle e domínio das territorialidades pessoais e/ou coletivas, isto é, redução evidente do acesso: aos lugares econômicos e simbólicos, aos recursos, à habitação a outros lugares que constituam

eixos estruturantes da identidade e da territorialidade de cada grupo ou indivíduo (FERNANDES, 2008, p. 5).

Outrossim, o processo de desterritorialização está implícito ao processo de reterritorialização, ou seja, são ciclos que nem sempre se concluem. Mas, para compreender a essência da desterritorialização intensificada pelo processo de midiatização que devemos conceder importância especial para as alterações experimentadas pelo trabalho da imaginação. Esse na verdade, constitui um dos fatores básicos para compreender o distanciamento cultural de a localidade, que está implícita na desterritorialização (HAESBAERT, 2020).

Através do processo de expansão da imaginação, a partir de sua própria situação local os indivíduos podem imaginar outras vidas, familiarizar-se com paisagens e produtos culturais estranhos à sua localidade, criar novos materiais para a reelaboração da experiência local, desenvolvimento cultural transnacional de ligações, levar a diversidade cultural para a localidade, reinterpretar produtos culturais padronizados ou definir as condições para que a hibridização ocorra. O trabalho da imaginação implica a combinação de imagem, comunidade imaginária e imaginada. Também assume um espaço de disputas simbólicas e negociações através das quais indivíduos e grupos tentam anexar coisas globais às suas práticas de modernidade, especialmente através da junção de midiatização com o movimento de pessoas (HAESBAERT; BRUCE, 2002).

No entanto, a desterritorialização não é totalmente nova, nem totalmente uniforme, em primeiro lugar, porque antes da desterritorialização contemporânea, as culturas locais nunca foram puras ou culturas isoladas, alheias a influências culturais exógenas. Em segundo lugar, porque a expansão territorial e, portanto, também as desterritorializações são assimétricas e desiguais, pois a experiência criada é complexa e variada. Existem, portanto, várias formas (mais ou menos intensas, ativas ou agradáveis) de experimentar a desterritorialização cultural. Todos os habitantes do mundo e todas as classes sociais experimentam a desterritorialização, mas eles fazem de condições e contextos diferenciados ou desiguais (HAESBAERT; BRUCE, 2002).

Para Haesbaert e Bruce (2002), a desterritorialização torna-se uma condição cultural geral da qual deriva da disseminação da modernidade global, cuja implicação existencial afeta mais pessoas do que nunca, transformando profundamente suas vidas cotidianas. Como já foi delineada, a desterritorialização insere-se no caráter dialético da globalização, pois, por ser um processo linear ou unívoco, provoca mecanismos contrários e reflexivos de reterritorialização, isso se expressa na busca ansiosa pela diversidade cultural, pelo particularismo, para o reforço do local, que ainda recorre à desterritorialização e meios de comunicação.

O caráter ambíguo ou ambivalente da desterritorialização não deve ser esquecido, pois, ao mesmo tempo que gera benefícios, também produz custos evidentes, como sentimentos de vulnerabilidade existencial ou de desenraizamento cultural, especialmente se considerar que os indivíduos têm laços com uma localidade e essa localidade continua sendo importante para eles. Como consequência, a desterritorialização não significa o fim da localidade de forma alguma, mas sua transformação em um espaço cultural mais complexo, caracterizado por manifestações, tendências ou efeitos culturais variados. As manifestações de desterritorialização cultural são basicamente duas: cultural homogeneização e heterogeneização cultural, que são apenas as expressões culturais do que Haesbaert (1997) chama de universalização do particularismo e a particularização do universalismo. Isso significa que o particular pode ser universalizado ou projetado para um nível global e que o universal pode ser particularizado e enraizado com o local.

Lourenço (2014) pontua que, além disso, ambas as manifestações estão dialeticamente relacionadas, de acordo com a dinâmica globalização (e reflexiva) da globalização, que desaconselha segurando uma concepção de globalização como uma mera uniformização ou homogeneização do mundo.

Devemos, portanto, ir além do debate que se opõe a homogeneização e a heterogeneização para mostrar que ambas as tendências se implicam, por esta razão, devemos enfatizar a simultaneidade, a reflexividade e a interpenetração do global, do local, do universal e do particular, do homogêneo e do heterogêneo. A partir daqui podemos falar, em primeiro lugar de homogeneização cultural e em segundo lugar, das duas manifestações de heterogeneização cultural, diferenciação cultural e hibridização (HAESBAERT; BRUCE, 2002; CHELOTTI, 2010).

Da relação mútua entre homogeneização, diferenciação e a hibridização deriva um fluxo contínuo de conexões dialéticas que delimitam a fenomenologia globalizante da experiência desterritorializada cultural (LOURENÇO, 2014). A homogeneização cultural apresenta ambos um rosto apocalíptico quando a homogeneização é compreendida como uma absoluta mercantilização do mundo cultural, e um rosto integrado, pois a homogeneização também pode ter uma manifestação “benéfica”, e, afinal, seu limite é sempre a recepção ativa de cultura de ativos (HALL, 2002).

No que diz respeito à heterogeneização, a diferenciação aparece tanto em recepção diferente de produtos culturais padronizados como na afirmação de sua própria identidade cultural através de diversos mecanismos – patrimonialização cultural, indigenismos, nacionalismos culturais, fundamentalismos, formação de novas etnias transnacionais (BLANK,

2014; ABREU, 2015).

Ou seja, essas manifestações de desterritorialização cultural se diferenciam das que ocorreram em outras etapas da globalização, justamente pelo seu extenso grau de desterritorialização, paradoxalmente visível no fato, que existem mecanismos reativos ou compensatórios da reterritorialização têm-se de utilizar meios desterritorializados, aspecto que se expressará exemplarmente no caso do patrimônio cultural, presentes na vida dos moradores do povoado Canela.

Assim, segue-se procurando responder na segunda parte do Capítulo I, o principal objetivo proposto que é analisar o processo de desterritorialização dos moradores do povoado Canela e sua reterritorialização no Espaço Urbano de Palmas – TO.

4.1.2.1 Periferia e identidade, uma luz sobre a produção de uma comunidade

Aqui cabe lançar luz sobre a produção do espaço dos moradores do povoado Canela, e as políticas públicas da cidade de Palmas. A abordagem da cidade lida com a noção de periferia, abrangendo questões de protesto espacial, política urbana e planejamento urbano.

Desde tempos imemoriáveis, a representação do espaço desenhou uma imagem de finitude e completude que simboliza aquela forma de conhecimento universal cujo domínio é fechado - selado - dentro do perímetro do círculo. De acordo com Richard (1996), essa simbolização opera como uma imagem da totalidade, estabelecendo um ponto fixo que permite a avaliação medida das relações de proximidade e distância que aproximam ou separam todos outros pontos distribuídos no espaço, compreendendo que cada período histórico ou tradição seleciona um ponto fixo que funciona como o centro de seu território atual, um espaço físico simbólico ao qual um privilegiado em posição é atribuída e a partir da qual todos os outros espaços são distribuídos de forma organizada. A posição privilegiada que este centro defende e então se traduz em papéis autoritários – tomando decisões, fixação de regras, exercício de controle etc – se destaca mais vigorosamente na oposição que pode marcar como centro/periferia.

Assim, é importante discutir periferia como um fenômeno político social, espacial e tanto um produto quanto um processo fabricado por mecanismos de poder. De certa forma o Estado, o regime de cidadania, a lógica capitalista e a lógica do etnonacionalismo resultam em divisão e estratificação etnoclassista, que são moldadas pela política espacial.

Em vez de usar o termo periferia para descrever a situação econômica, geográfica e social em que esta comunidade desfavorecida está localizada, queremos criticamente abordar

a dimensão tradicionalmente passiva deste termo, que sugere que a realidade das comunidades e espaços periféricos é um pouco mais conflituosa e controversa.

Seguindo essa premissa, Tzfadia e Yacobi (2011) referem que o principal argumento a ser articulado ao longo deste texto é que a produção de periferias é inerente às práticas das cidades. As práticas das cidades articulam manifestações empíricas da lógica étnico-racial que se refere ao nexos de poder do Estado e controle territorial, principalmente em áreas “estranhas” dentro ou fora dos limites do Estado, nas quais a nação dominante tenta aumentar seu controle de monopólio, devido à alta concentração de povos originários, que estão sujeitos a lutas pelo controle da terra, poder e recursos.

As áreas “originárias” são conhecidas como regiões de fronteira ou de fronteira interna, nesse sentido, as fronteiras são entendidas não apenas como espaços estáticos, mas como conjuntos de práticas e discursos que se “espalham” por toda a cidade e se tornam símbolos da soberania do Estado, enfatizando direito moral dos poderes dominantes de possuir o território.

De fato, a ligação entre cidadania e periferia tem sido explorada antes em relação ao capitalismo, em relação ao desenvolvimento da economia mundial (modelo núcleo-periferia ou teoria da dependência), e em relação a povos indígenas, população do campo, quilombolas ou a pessoas que não pertencem à nação central (IVO, 2010).

Assim, a referência ao linkar este assunto é distinta em dois modos: primeiro, as discussões estão mais voltadas para a produção de periferias às comunidades não indígenas, ou seja, comunidades que representam nação ou comunidades dominantes que não são afiliadas a comunidades de pessoas indígenas. Ou seja, ao se explorar como a implementação do capitalismo contribui para a transformação de segmentos da nação dominante e comunidades não nativas para comunidades periféricas. Em segundo lugar, estende-se a discussão sobre o capitalismo para as práticas de neoliberalismo e multiculturalismo, práticas que em contexto particular devem ser vistas como parte da caixa de ferramentas da modernidade (TZFADIA; YACOBI, 2011).

Destaca-se que o pacto firmado entre modernidade e centralidade se expressa em diversas maneiras. A modernidade transmite seus ideais de progresso histórico e técnico por meio das redes do circuito metropolitano que se aproximam e se interconectam com o centro da economia, e aquelas formações nacionais que compartilham a mesma lógica de desenvolvimento, a mesma história de avanço civilizador. A epistemologia moderna(ista) converte a razão e a história em totalidades autocentradas que exercem seu domínio relegando para o segundo plano a margens do pensamento logocêntrico tudo aquilo que resiste ou se opõe

ao seu meta-abstrações.

Constrangidos por essa dupla tendência centralizadora, as formações periféricas tiveram a experiência de sua modernidade subdesenvolvida imposta a elas como uma versão menor e deficiente (incompleta ou fracassada) do modelo de modernidade desenvolvida imposto pelo sistema econômico.

Em relação à identidade o sujeito não se revela mais como unidade centro em torno do qual as contradições são hierarquizadas e sintetizadas, mas ao contrário, como um lugar caótico, isolado, onde as contradições se confrontam, se cruzam e se misturam sem chegar a uma resolução, busca-se tendencialmente a procurar a verdade na superfície das coisas (RICHARD, 1996).

Chama a atenção que uma zona verdadeiramente periférica em que, “o contraditório” significado da modernidade urbana do tempo do desenvolvimento atravessado pelo intento da diferença e da descontinuidade cultural. Com isso, fica bem estabelecido, compreendido e apreciado que Palmas tornou-se parte da experiência moderna da urbanização através de sua incorporação subordinada nas tendências do progresso - desenvolvimento e consumo - acionados pelo fluxo de desenvolvimento da região Norte brasileira.

O processo de territorialização e organização socioterritorial do povoado Canela no espaço urbano de Palmas-TO pode ser entendido a partir de um conjunto de transformações sociais, políticas e econômicas que marcaram a trajetória histórica da região. Inicialmente, o povoado de Canela era uma localidade rural, com forte presença da agricultura e da pecuária em sua economia. Com a criação da cidade de Palmas, em 1989, o povoado passou por um processo de urbanização, que trouxe novas dinâmicas sociais e econômicas para a região.

Nesse contexto, a territorialização e organização socioterritorial de Canela foram influenciadas por diversas forças, tais como a especulação imobiliária, a ocupação irregular do solo, a luta dos movimentos sociais, a expansão da infraestrutura urbana, entre outras. Essas forças moldaram as formas como a população de Canela se relacionou com o espaço urbano de Palmas, configurando uma série de conflitos e negociações.

A luta dos movimentos sociais, em particular, foi fundamental para a construção de uma identidade coletiva entre os moradores do povoado Canela para a defesa de seus direitos socioeconômicos e políticos na Quadra 508 Norte. Por meio de mobilizações, manifestações e diálogos com as autoridades municipais, os moradores de Canela conseguiram obter melhorias em áreas como saúde, educação, habitação, transporte público e infraestrutura.

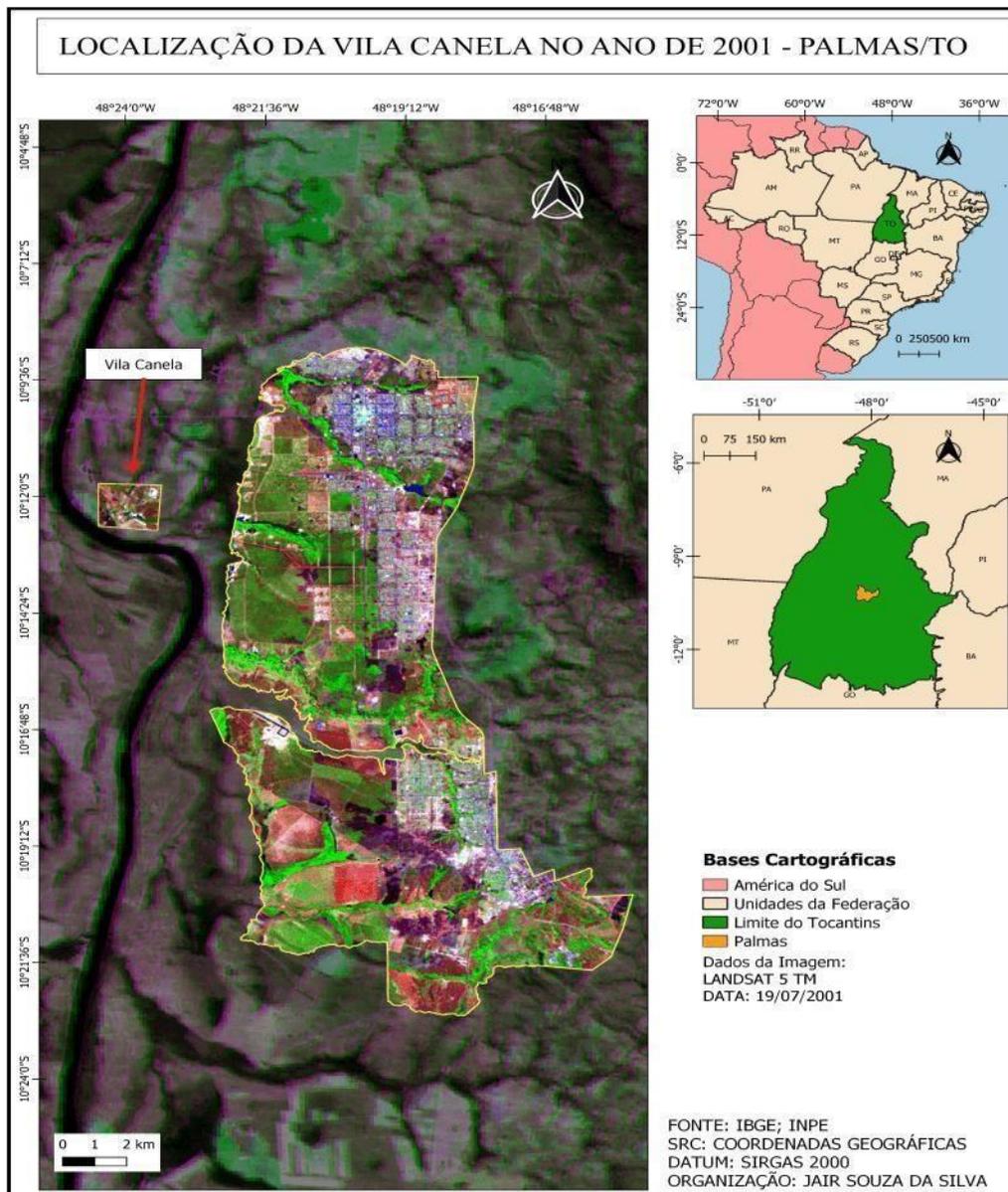
Atualmente, o processo de territorialização e organização socio territorial dos antigos moradores do povoado Canela continua em curso, sendo marcado por desafios como a inclusão

social, a preservação ambiental e o acesso a serviços públicos de qualidade. Em suma, a história da territorialização e organização socioterritorial do povoado Canela no espaço urbano de Palmas-TO é um processo complexo e multifacetado, que reflete as transformações sociais e espaciais ocorridas na região nas últimas décadas.

4.1.3 O processo de desterritorialização dos moradores do povoado Canela e sua reterritorialização no espaço urbano de Palmas-TO

A análise desse processo neste estudo teve como foco os antigos moradores do povoado Canela, que tinha sua localização situada a margem direita do Rio Tocantins, em Palmas-TO. Em virtude da formação do reservatório da usina de Lajeado, em 2001, esta comunidade foi reassentada na zona urbana de Palmas, ou seja, na Quadra 508 Norte, caracterizando assim, o que se pode denominar de “Desterritorialização e Reterritorialização dessa comunidade” (Figura 1).

Figura 1 – Mapa da localização do povoado Canela no ano de 2001 – Palmas-TO.



Fonte: Arquivo GEPAC/FCP - Ano 1996.

Procurando responder o principal objetivo, este estudo teve como alvo a análise dos processos de “desterritorialização e reterritorialização” dos moradores do povoado Canela no Espaço Urbano de Palmas, conforme já havíamos citado. Com efeito, segundo Schulz (2016), o deslocamento compulsório foi determinante para que a comunidade Canela reconstruísse e remodelasse o seu cotidiano e modo de vida a fim de buscar a sobrevivência e a adaptação ao contexto social em que foi inserida, contudo, sem perder totalmente a sua identidade de comunidade ribeirinha.

Por “modo de vida” segundo Laplanche refere-se às ações, comportamentos e hábitos de uma pessoa que são observáveis e podem ser descritos. Isso inclui a maneira como uma

pessoa se comporta, suas escolhas, seu estilo de vida e como ela se adapta ao ambiente e à cultura em que está inserida. O modo de vida é uma expressão externa da identidade de alguém e pode ser influenciado por fatores sociais, culturais e psicológicos. Por outro lado, o “gênero de vida” é um conceito mais profundo e psicanalítico. Laplanche argumenta que o gênero de vida vai além das manifestações externas do comportamento e engloba os aspectos mais profundos e inconscientes da identidade de uma pessoa. Ele refere-se a forma como uma pessoa vive sua subjetividade e como ela lida com seu mundo interno e seus desejos inconscientes (ANDRÉ, 2012).

O gênero de vida é moldado por experiências precoces na infância, pela relação com os pais e por processos de identificação. Laplanche enfatiza a importância de reconhecer e explorar os aspectos do inconsciente na formação do gênero de vida, alegando que os conflitos e desejos não resolvidos podem influenciar a maneira como uma pessoa experimenta sua vida adulta.

Assim, tem-se a distinção entre o “modo de vida” como uma expressão externa e observável de uma pessoa e o “gênero de vida” como uma manifestação mais profunda e inconsciente da identidade, profundamente influenciada pela psicodinâmica de cada indivíduo (ANDRÉ, 2012).

De acordo com Schulz (2016) nem toda a população do povoado foi transferida para o mesmo local com formação do reservatório com a construção da usina. Há mais um setor para o qual os outros moradores foram reassentados, aqueles que não eram proprietários das casas nas quais residiam, foram para o setor Santa Bárbara, periferia da capital, junto aos conjuntos habitacionais denominados Aurenys, que já não faz mais parte do plano piloto da cidade. Com isso, de certa forma, a comunidade já ficou desarticulada e fragilizada em todos os aspectos que compõem o sentido de ser de comunidade. Vínculos de amizade e familiares foram distanciados e quebrados, a convivência intensa e diária que havia no povoado foi substituída por encontros esporádicos e eventuais, quando há rompimento definitivo de laços criados ao longo de vários anos, como no caso das pessoas que ao receberem a sua indenização decidiram aventurar para outras regiões mais distantes.

A comunidade em análise neste estudo é caracterizada como uma comunidade ribeirinha. Segundo Lima (2004), as comunidades ribeirinhas são identificadas como um tipo de população tradicional, orientadas por valores que regem um modelo de comportamento comunitário com relação aos recursos naturais.

Consoante Schulz (2016), o ribeirinho enquanto categoria de modo de vida e organização social pode ser identificado a partir de elementos, tais como: estilo de vida, aproveitamento e exploração de recursos naturais, ocupação e apropriação do território, identidade cultural e simbólica, crenças e valores. Compreender o modo de vida e o cotidiano

das populações ribeirinhas implica inicialmente, na análise histórica da formação dos grupos que compõem estas comunidades.

Com base nessas concepções, vimos a necessidade de analisar a origem e o desenvolvimento do modo de vida da comunidade Canela antes do processo de desterritorialização que causou a ruptura e transformação do cotidiano que materializava a identidade desse grupo.

Segundo o estudo de Schulz (2016), o povoado Canela antes do processo de desterritorialização localizava-se à margem direita do Rio Tocantins, a 10 km do centro de Palmas, com uma área territorial de 70 alqueires. Em sua infraestrutura, além de casas simples dos moradores, havia posto telefônico no ano 2000, escola municipal e estadual, um posto de saúde, uma igreja católica e o barracão de palha, conhecido como o barracão da esperança (servia de lugar para reuniões, eventos e festividades). No período final de sua existência como povoado Canela a população chegou a 91 famílias que totalizavam 370 pessoas. Importante dizer que em toda a localidade Canela, ninguém possuía título de propriedade, mas alguns moradores detinham apenas o direito de posse.

Vale a pena ressaltar que o povoado Canela se caracterizava pela simplicidade de suas coisas e de seu modo de vida. Os habitantes do povoado viviam harmoniosamente, uma vez que, quase todos, faziam parte da mesma família.

Schulz (2016) afirma que, a arquitetura local era rústica, feita em sua maioria de alvenaria, mas como algumas tendo cobertura de palha e paredes com enchimento de barro ou madeira. Essas residências não possuíam muros, somente os prédios públicos tinham essa demarcação. Entretanto, na última década de existência do povoado, a avenida principal já possuía pavimentação asfáltica. Conforme mostra Figura 2.

Figura 2 – Imagem aérea do povoado Canela antes da UHL Lajeado.

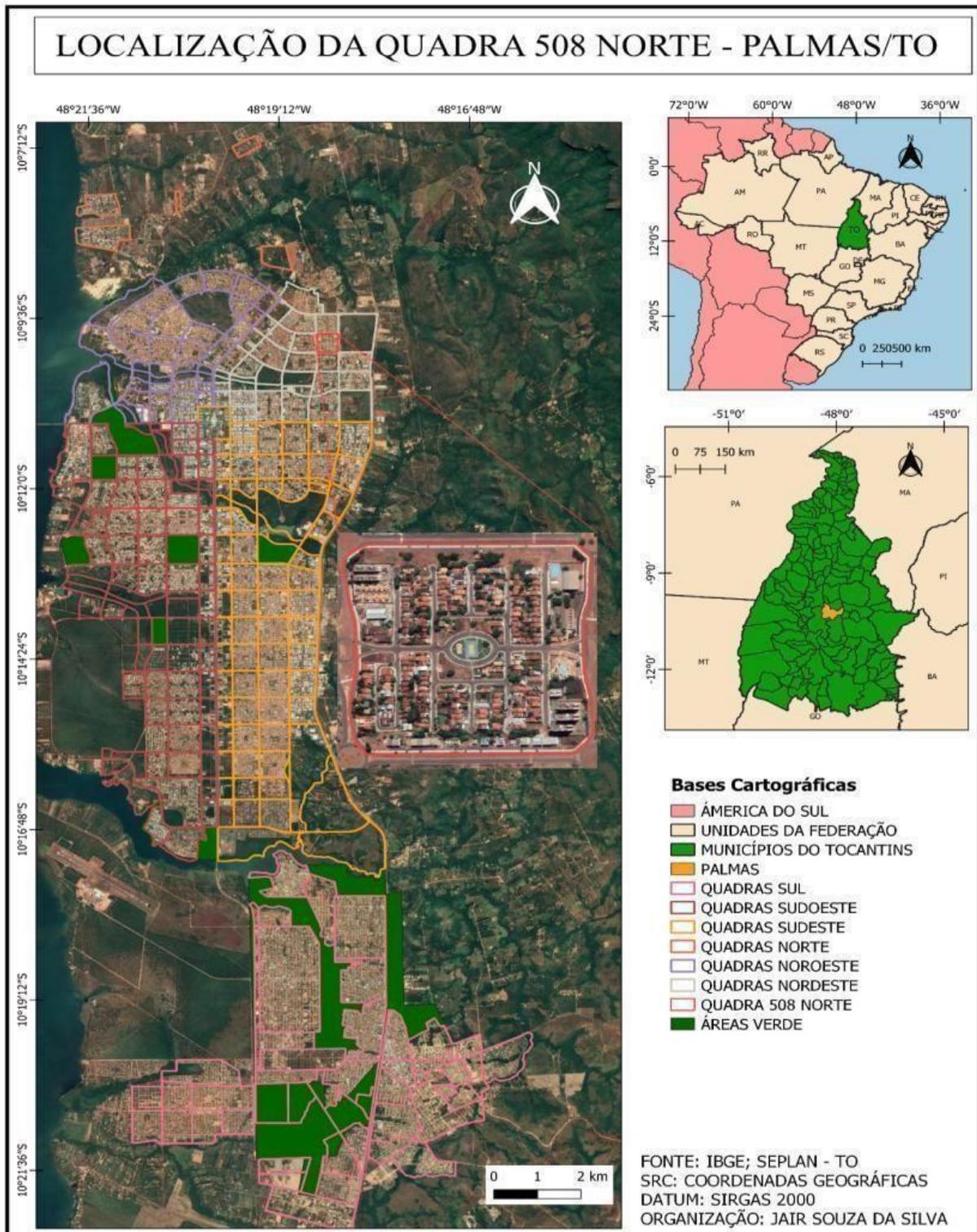


Fonte: Arquivo GEPAC/FCP- ano 1996.

Esse modo simples, tranquilo e pacato de viver foi afetado pela nova realidade chamada de “Progresso” que foi marcado pela construção de grandes obras nunca antes vistas pelos simplórios moradores do povoado, trouxe como consequência a desterritorialização do povoado com a construção da Usina Hidroelétrica, bem como a criação e construção de Palmas – Capital do Estado do Tocantins, resultando em um grande crescimento do povoado e consequentemente influenciando no sossegado dia-a-dia do povo ribeirinho.

Nesse compasso, eis como se deu o processo de “desterritorialização” do povoado Canela, com a eminência da formação do reservatório da hidrelétrica do Lajeado, todos os moradores do povoado tiveram que deixar suas casas, suas terras, o rio, as ligações afetivas com o lugar e foram compulsoriamente remanejados, dividindo a população em dois núcleos principais: um na área urbana de Palmas, mais precisamente na Quadra 508 Norte, antiga Arne 54 (Área Residencial Noroeste) – Plano Urbanístico e o outro grupo no Setor Santa Bárbara, Bairro que fica fora do Plano Piloto da Capital (SCHULZ, 2016). Conforme observado na Figura abaixo.

Figura 3 – Localização da Quadra 508 Norte, antiga Arne 54 (Área Residencial Noroeste).



Fonte: Arquivo GEPAC/FCP - ano 1996.

Reconhece-se que esse deslocamento, que teve seu ponto de partida no ano 2000 e seu ponto de chegada no ano 2001, ocasionou profundas mudanças e transformações no cotidiano e modo de vida da comunidade ribeirinha que agora na condição de reassentados passa a ser

vista como uma comunidade urbana, caracterizando o que se pode chamar de “Reterritorialização” do povoado Canela, que no dizer de Santos (2015), o antigo povoado Canela ficou somente na lembrança e fisicamente numa pequena ilha que não foi submersa e que está no meio do lago.

No entanto, segundo Santos (2011), ainda há um sentimento de pertencimento dos ex-moradores do antigo Canela, todos fazem questão de expressá-lo. Tal sentimento vai além do saudosismo, é algo inerente ao significado do cotidiano de cada um, todos comparam no sentido de confrontar, o modo de vida atual como o que eles viviam anteriormente no Canela.

A Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães -UHE Lajeado teve sua primeira turbina funcionando no dia 5 de outubro de 2001. Para Santos (2017), a construção da UHE –Lajeado, no rio Tocantins, faz parte do plano de desenvolvimento integrado ao sistema energético de Tucuruí (PA) e Serra da Mesa (GO). Esta foi a primeira hidrelétrica brasileira privada, construída com auxílio financeiro público.

5 A INSERÇÃO DO POVOADO CANELA NO ESPAÇO URBANO DE PALMAS-TO: DO VILEJAMENTO À PERIFERIZAÇÃO

Nesta seção, propomos trabalhar com o processo de transferência compulsória dos moradores do povoado Canela para o Plano Diretor de Palmas dando ênfase a seus processos contraditórios tais como:

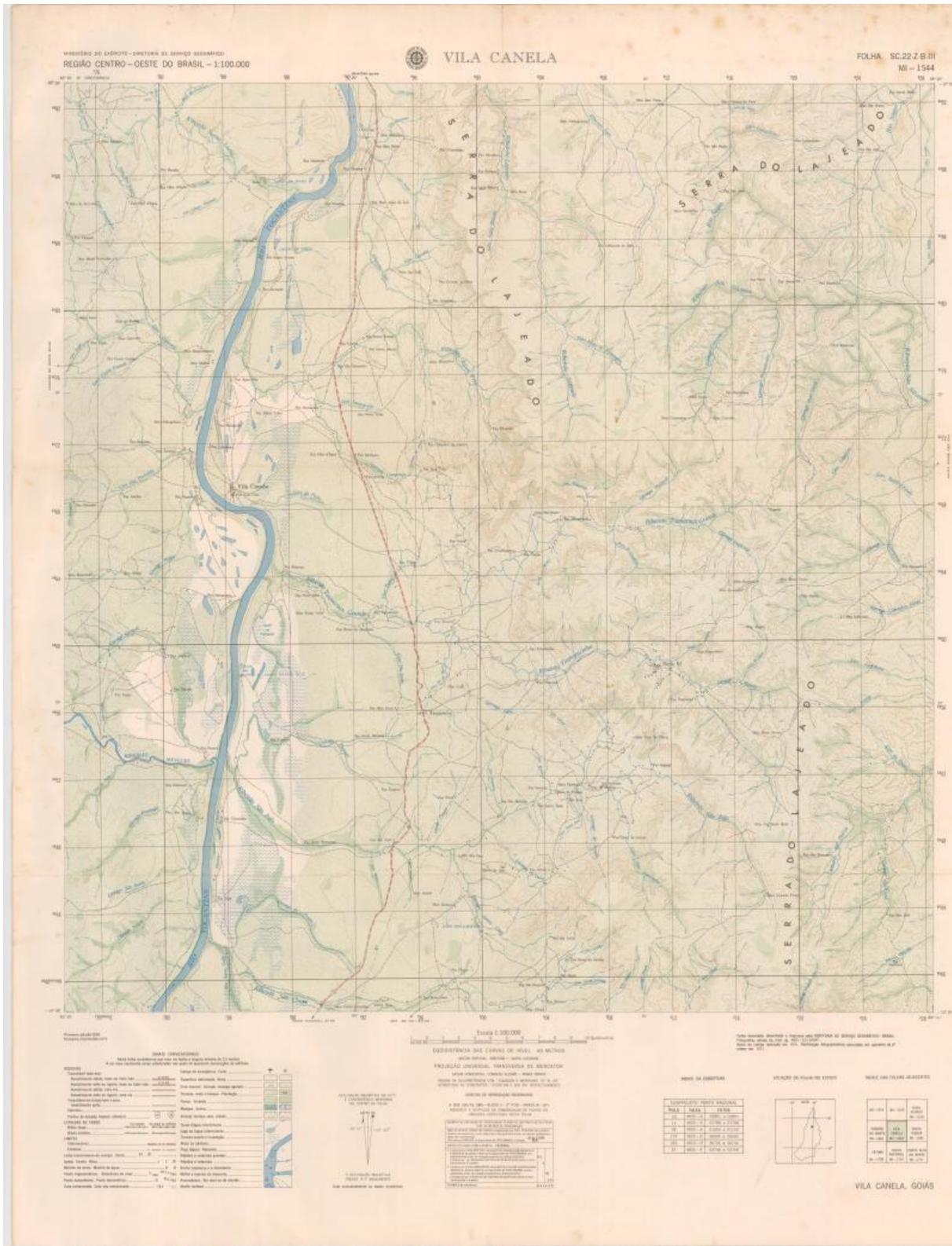
5.1 Processo histórico-cultural do povoado Canela

O segundo objetivo deste trabalho, tão importante quanto o primeiro, é retratar historicamente a trajetória do povoado Canela, marcada por alguns acontecimentos e fatos de grande impacto para o cotidiano de seus moradores, acontecimentos esses que foram guardados na memória dos primeiros habitantes do povoado e passados de geração em geração.

Nessa perspectiva histórica, busca-se a compreensão das origens do povoado. Apesar do nome “Canela”, a história contada de acordo com os relatos que um dos habitantes mais idosos do povoado afirma que, a origem do nome surgiu por conta de uma vaca que habitava naquele território, por ser esta muito crescida em relação as outras, deram-lhe então, o nome de caneluda, o animal ficou famoso por toda região em parte pelo seu tamanho avantajado e também por ter um comportamento arrisco que não permitia dominar pelos vaqueiros, conforme os antigos moradores, em virtude da fama dessa vaca, as pessoas passaram a denominar o lugar de canela.

Segundo Parrião (2011), o surgimento do povoado Canela data do século XIX, para ser mais preciso na década de 50, com a chegada dos primeiros habitantes, ou seja, com a chegada da família Batista, o senhor Olímpio Batista de Araújo e a senhora Maria de Albuquerque, responsável pela fundação do povoado em terras que ainda pertenciam ao Goiás, as quais posteriormente vieram a pertencer ao Estado do Tocantins. Em anos posteriores à chegada desses primeiros habitantes, a população cresceu com a chegada das famílias Lima e Santana. Em consequência do casamento entre parentes, os poucos moradores viram sua população aumentada. Assim, a comunidade era formada em sua maioria por membros que possuíam algum laço familiar.

Figura 4 – Carta da Vila Canela de quando pertencia a Goiás.



Fonte: Diretoria de Serviço Geográfico- Brasil fotografias aéreas de 1968 do AST – 10/USAF.

Abordando o tema, assinala Santos (2017) que, o povoado Canela situava-se à margem direita do rio Tocantins, distando 10 km do centro da capital Palmas, e estava assentado numa área de 219.339 ha. O acesso era através da TO-080, estrada pavimentada que também dava acesso à antiga praia da Graciosa. Ainda segundo o referido autor:

O Canela pertenceu inicialmente ao município de Porto Nacional. A economia baseava-se na criação de gado e produção agrícola de subsistência, nas vastas extensões de terras devolutas. As famílias iam se organizando, construindo novas casas à medida que seus membros formavam outros núcleos familiares. Essa comunidade fundamentou o seu modo de vida na unidade de produção familiar, podendo ser visto como um aglomerado camponês, uma vez que toda a sua estrutura social estava baseada no trabalho com a terra e na produção familiar, através da família elementar: pai, mãe e filhos (SANTOS, 2017, p. 90).

Para melhor compreensão, vale destacar que nesse período a vida no Canela seguia o ritmo do rio Tocantins, uma das bases de sustentação do povoado, da irrigação dos roçados e hortas, da produção de puba da mandioca para o fabrico de farinha, o rio também fornecia peixe. Os moradores praticavam pesca artesanal com anzol durante todo ano (SANTOS, 2017).

De acordo Schulz (2016), no início esta comunidade integrava o município de Porto Nacional, que ficava distante a 60 km, para onde os moradores viajavam sempre que precisavam buscar suprimentos básicos necessários para sua subsistência. Era através do Rio Tocantins que realizam essas viagens, o que levava praticamente dois dias para fazer tal percurso.

Lembra Santos (2015) que em 1989, Canela, que estava localizado na margem direita do Rio Tocantins, passou a integrar o município de Taquaruçu em 1989, quando foi criado o estado do Tocantins e houve uma reorganização territorial na região. Na época, o povoado pertencia ao município de Miracema do Tocantins, que teve seu território dividido entre vários municípios, incluindo Taquaruçu. Com a mudança, os moradores do povoado Canela passaram a ser parte da zona rural de Taquaruçu, um município que fica a cerca de 30 km de Palmas, a capital do Tocantins. Taquaruçu é uma região montanhosa, com grande potencial turístico, devido às suas belezas naturais e às manifestações culturais da região.

Apesar de estar localizado em uma área rural, o povoado Canela tinha uma dinâmica própria, com uma economia baseada na agricultura familiar e na pesca. A comunidade era formada por famílias que viviam na região há várias gerações e que mantinham tradições culturais próprias, como as festas religiosas e as práticas de artesanato.

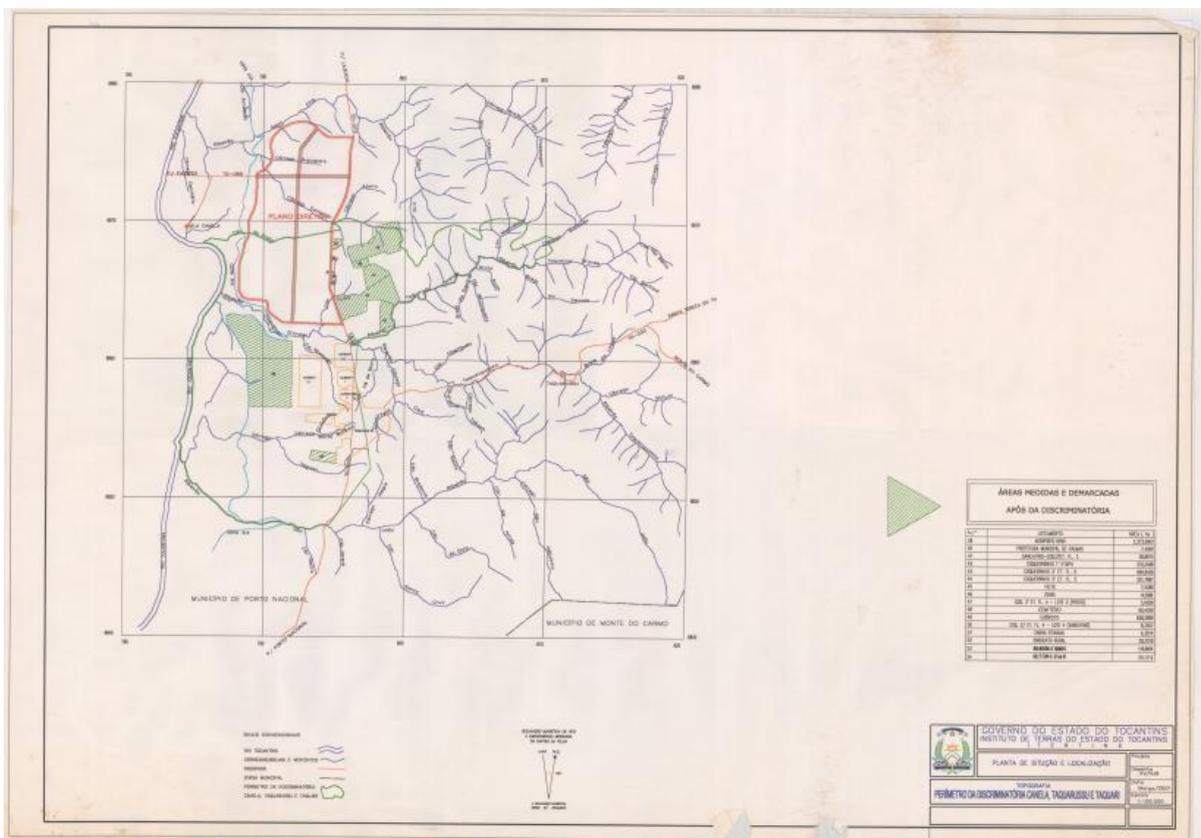
Com a mudança para Taquaruçu, os moradores do povoado Canela passaram a integrar um município com características diferentes daquelas a que estavam acostumados. A região de Taquaruçu tinha uma economia mais voltada para o turismo e uma cultura própria, que diferia daquela dos moradores do povoado. No entanto, os moradores de Canela conseguiram manter

suas tradições e sua forma de vida, adaptando-se a nova realidade e mantendo a sua identidade cultural.

Em 1990, o povoado do Canela passou a fazer parte do município de Palmas, que absorveu Taquaruçu em 2000. A região passou por diversas mudanças desde a sua integração ao município de Taquaruçu, mas a comunidade continua a preservar suas tradições e a lutar por seus direitos, como foi o caso da luta pela indenização dos moradores após a desterritorialização.

O processo de integração do povoado Canela ao município de Palmas ocorreu em 1990, após a criação do novo estado do Tocantins em 1988. Com a mudança da capital para a região central do Estado, surgiu a necessidade de desenvolver uma nova cidade, que viria a ser a capital, a partir de uma área ainda pouco habitada e com baixa infraestrutura. Assim, em 1º de janeiro de 1990, foi criado o município de Palmas e o povoado Canela passou a integrá-lo como um dos seus bairros. Esse processo trouxe consigo uma série de transformações para a região, que antes era predominantemente rural e com pouca infraestrutura.

Figura 5 – Mapa do perímetro da discriminatória do povoado Canela, Taquaruçu e Taquari.



Fonte: Governo do Estado do Tocantins – ITERTINS (Instituto de Terras do Estado do Tocantins), março 2001.

Destaca-se que com a chegada do poder público, foram realizadas diversas obras de

infraestrutura e urbanização na região, como a construção de ruas, avenidas, praças, escolas e postos de saúde. Além disso, a chegada de novos moradores em busca de trabalho e melhores condições de vida também contribuiu para a transformação do espaço urbano de Palmas.

No entanto, é importante destacar que esse processo de integração do povoado Canela a Palmas também teve impactos negativos, como a desterritorialização e a perda de direitos e tradições dos antigos moradores. Essas questões são relevantes para compreendermos as transformações territoriais e sociais que ocorrem durante processos de urbanização e desenvolvimento.

De acordo com Schulz (2016), a história do povoado Canela começa por volta de 1858, quando o Senhor Olímpio de Araújo e sua família deixaram a região de Tocantínia em busca de novos pastos para o rebanho. Eles fizeram o seu primeiro assentamento em um lugar chamado Canela, que ficava à margem direita do Rio Tocantins, a cerca de 10 km do centro da futura cidade de Palmas. O povoado cresceu lentamente ao longo dos anos, com a chegada de outras famílias que se estabeleceram na região em busca de melhores condições de vida. A economia local era baseada principalmente na agricultura e na pecuária, com destaque para a produção de arroz, feijão, milho, mandioca e criação de gado. Durante muitos anos, o povoado permaneceu isolado e pouco desenvolvido, com pouca infraestrutura e serviços básicos de saúde e educação. No entanto, a chegada da urbanização à região, com a criação da nova capital do Estado, trouxe transformações significativas para a área.

De acordo com Souza (2014), o povoado Canela mantinha um estreito laço com o rio Tocantins, sendo este a seu alicerce de sustentação. O rio irrigava suas roças e hortas, do rio os moradores do povoado retiravam o peixe que os alimentava, no verão quando os córregos mais próximos às residências secavam, o rio também era local de diversão em que adultos e crianças tomavam banho e passeavam nas suas canoas, o rio lhes serviu também como a principal estrada, isso até os anos 1960, ocasião em que foram construídas as primeiras estradas, o que permitiu aos habitantes do povoado deslocarem-se mais facilmente as cidades vizinhas como Porto Nacional e Tocantínia. Assim, por conta dessa estreita relação, formou-se a identidade dita ribeirinha da comunidade Canela.

Destaca-se que os fatos marcantes que permeiam a história do povo Canela estão sempre ligados à sua relação estreita com o rio. Dessa forma, menciona Schulz (2016) que, a enchente de 1980, que atingiu em grandes proporções o antigo Norte Goiano, levou todos os moradores do povoado a saírem de suas casas, abrigando-se em fazendas situadas em terrenos mais altos. Em consequência dessa enchente apenas a Igreja e a escola permaneceram em pé. Todas as moradias foram abaixo pela falta de alicerce e uma construção bem resistente.

A história do cotidiano do povo canela mostra que essa enchente marcou um novo tempo na vida de seus habitantes, alguns moradores optaram por não voltar mais, pois tinham perdido tudo. Porém, outros novos moradores chegaram querendo começar a vida naquele lugar consolidando assim, a formação novamente do povoado.

Historicamente, recorda Schulz (2016), que o dia a dia da comunidade canela, quando suas terras ainda pertenciam ao norte goiano, resumia-se em atividades muito simples, tais como: lavagem de roupas no rio ou em algum dos riachos mais próximos as propriedades, preparar a alimentação da família, pescar e cultivar hortas e pomares, cuidar das criações de galinhas, porcos, patos e gados, essas atividades, expressavam a perfeita harmonia que existia entre a comunidade e a natureza, os quais se sentiam prazerosamente satisfeitos com a realização diária de tais atividades.

Assim, nessa estreita relação entre a comunidade e a natureza, o povoado canela era frequentemente lugar de referência da parentela que nele habitava, com efeito, as relações entre vizinhos no interior do povoado eram anteriormente caracterizadas pelas regras de convivência e solidariedade construídas ao longo do tempo por famílias que se conheciam mutuamente. Santos (2017) considera que, a mudança da população do Canela significou a supressão de antigas relações que antes eram base para sobrevivência.

Atualmente, o povoado Canela se transformou em um bairro da cidade de Palmas, mas ainda preserva parte da sua história e cultura através da realização de festas e eventos tradicionais, como a Festa do Divino. A região continua a ser marcada por contradições e desafios, mas também oferece possibilidades de desenvolvimento e melhorias na qualidade de vida para os seus habitantes.

A despeito dos traços culturais dos antigos habitantes do povoado Canela entende-se que o povoado era caracterizado por traços culturais marcantes. Vale ressaltar que a cultura do povoado Canela era marcada pela religiosidade. Era tradição entre os habitantes desse lugar se reunir para comemorar, festejar os santos em que tinham devoção, ocasião em agradeciam as graças que tinham recebido ao longo da vida.

Cabe lembrar que, praticamente todos os moradores do povoado Canela professavam a religião católica, dessa forma, nessas ocasiões a comunidade se unia, como se fosse uma grande família. Segundo Meneses (2006), entre os festejos religiosos, o mais marcante e tradicional é a festa do Divino, que eles costumavam comemorar no mês de julho, o que acontecia no segundo final de semana do referido mês, era um grande acontecimento, pois era o único momento que podiam contar com a presença de um padre para dirigir a celebração católica.

Schulz (2016) conta que a festa do Divino teve início por volta de 1947 com o Senhor

Daniel Batista, que realizou a primeira festa sozinho e sem a presença de personagens tradicionais do ritual, como a rainha, o capitão do mastro e o imperador. A partir dessa data o festejo foi se tornando popular e ganhando cada vez mais adeptos na comunidade levando jovens, crianças e adultos e pessoas dos municípios vizinhos como Porto Nacional, Tocantínia e Lajeado a participarem das danças que eram tradicionais entre os moradores, como por exemplo a sússia e a catira. Destaque também para as rodas de São Gonçalo, santo para o qual pediam que protegessem as mulheres durante o trabalho de parto.

Nos anos seguintes, ao início deste festejo na comunidade, houve a junção da festa do Divino com a festa de comemoração a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, padroeira da comunidade. A data do festejo era definida mediante um acordo entre a comunidade e a Igreja Católica local. No Canela, nove dias antes da festa do rei de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e do Imperador do Divino Espírito Santo, aconteciam novenas diariamente. A cada dia uma família se encarregava de realizar uma novena, rezando o terço na Igreja. Nos primeiros dias da festa, eram levantados mastros. O de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro no primeiro dia, ao lado direito da Igreja. O mastro era enfeitado com bandeirolas nas cores azul e branca. O mastro do Divino ficava à esquerda com bandeiras vermelhas. Antes do levantamento dos mastros, acontecia a festa do capitão. Esta começava com a escolha da madeira para o mastro, que era levado para o povoado e escondida pelo capitão. Os moradores saíam à sua procura e, se encontrassem a madeira, o capitão teria que pagar toda a cachaça consumida pelos participantes enquanto preparavam o mastro (SCHULZ, 2016, p. 34).

Juntamente com esse evento a missa em que eram coroados o rei e a rainha de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e o Imperador do Divino Espírito Santo antecedia as festas do capitão do mastro. Os rituais se assemelhavam:

A corte no ano anterior saía em cortejo até a casa do novo rei ou Imperador, que o esperava para seguirem juntos à igreja. O cortejo era iluminado com velas, seguido por banda de música. Os participantes cantavam e soltavam fogos de artifício em homenagem aos seus santos. Sempre a frente do cortejo ia o alferes portando a bandeira do divino, o símbolo do Espírito Santo na condução do seu povo. O padre esperava a corte e seus súditos à porta da Igreja. O casal era acompanhado pelo capitão do mastro que se ajoelhava na entrada do templo para ser abençoado. O padre jogava água benta sobre eles, transferindo a coroa de um rei ou imperador para outro. Só então podiam entrar na Igreja. Todos os representantes da corte, rei, imperador e capitão do mastro, após o ritual religioso, ofereciam uma recepção festiva à comunidade com muita comida, bebida e danças (SANTOS, 2015, p. 74).

Vale registrar que esta, tradicional festa que acontece há mais de um século, caracterizada por um grande sentimento religioso regada a muita comida, bebida e danças, eram realizadas no Barracão da Esperança (espaço reservado no povoado Canela para os grandes eventos que aconteciam na comunidade). A festa seguia noite a dentro e durava até o amanhecer do dia seguinte. Infelizmente, hoje a comunidade não pode mais usufruir desse tempo prolongado de culto religioso e diversão. Nos dias atuais a festa ocorre no salão comunitário ao lado da Igreja. Devido às restrições inerentes ao espaço urbano onde estão assentados, o encerramento se dá por volta das duas horas da madrugada já que a Lei do Silêncio não permite

música alta e barulho após esse horário.

O povoado Canela era constituído de pessoas muito simples com aquisição financeira limitada, mas com uma religiosidade muito grande que com o passar dos anos se expressaram em criatividade, convivência e organização do povoado (Figuras 6, 7, 8, 9 e 10).

Figura 6 – Capela Santa Terezinha do Menino Jesus.



Fonte: Arquivo de fotos da Antiga Moradora Dona Lourdes, 1989.

Figura 7 – Festejo do Divino em 1993 - Imperador Genyscleiton Rodrigues Lima.



Fonte: Arquivo de fotos da Antiga Moradora Dona Lourdes, 1993.

Figura 8 – Casa onde começou a escola Daniel Batista.



Fonte: Arquivo de fotos da Antiga Moradora Dona Lourdes, 1989.

Figura 9 – Coroação de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro em 1995.



Fonte: Arquivo de fotos da Antiga Moradora Dona Lourdes, 1995.

Nesse cenário, surgiram pessoas que se transformaram em líderes dentro da comunidade, entre os quais se destacam: dona Noca, dona Maria de Lourdes, Joaquim Batista e Nascimento da Rebeca que carregam consigo as principais memórias e acontecimentos

ocorridos no povoado, tais como: a passagem da Coluna Prestes; a inundação do povoado “causada pela cheia do rio Tocantins; surgimento do Estado e reuniões entre as lideranças do Estado para discutir e definir o local onde seria implantada Palmas, hoje capital do Estado do Tocantins” (LUCINI, 2018, p. 33).

Figura 10 – Líder Comunitária Dona Lourdes – O pé de manga foi o segundo local paracomeçar a escola Daniel Batista assim que aumentaram o número de alunos em 1980.



Fonte: Arquivo de fotos da Antiga Moradora Dona Lourdes, 1980.

O povoado Canela é inserido em Palmas, em razão da construção da hidrelétrica de Lajeado e num contexto de periferia urbana. Assim, para Nogueira e Lira (2016) é possível perceber a olho nu que a periferia de Palmas se explicita na análise dualista de que existe uma cidade para os ricos e outra para os pobres.

A paisagem urbana se estende muito mais depressa do que os serviços destinados a assegurar uma vida correta à população. Desse modo, a parcela maior da sociedade urbana, em grau mais ou menos grande, fica excluída dos benefícios do abastecimento de água, dos esgotos,

do calçamento, dos transportes etc. Eis aí, também, um dos aspectos mais chocantes dos contrastes entre centro e periferia. (SANTOS, 2009).

Nessa direção, a periferia serve como justificativa à instalação de serviços públicos, e assim nascem as cidades chamadas de extensões urbanas, a educação, a água, os esgotos, a eletricidade, o calçamento, ao mesmo tempo em que valorizam diferencialmente a área, determinam um crescimento maior à superfície urbana, permanecendo os espaços vazios e a especulação fica a espera de novas valorizações, e à medida que o espaço urbano aumenta torna-se um alimentador da especulação, e a inversão pública contribui para aceleração desse processo, fazendo da massa pobre, grandes vítimas praticamente indefesas desse processo perverso (SANTOS, 2009).

Em relação ao modo de vida no povoado Canela, Lima (2004) refere que essa comunidade era classificada como uma comunidade ribeirinha. As comunidades ribeirinhas são identificadas como um tipo de população tradicional, orientadas por valores que regem um modelo de comportamento comunitário com relação aos recursos naturais. O termo ribeirinho, normalmente pode ser entendido como uma gama da população que permaneceu às margens dos rios, em muitos casos bastante isolados, a margem das políticas públicas e sociais, destoando imensamente dos projetos agro-políticos e de debates nacionais ou internacionais.

O ribeirinho enquanto categoria de modo de vida e organização social pode ser identificado a partir de elementos, tais como: estilo de vida, aproveitamento e exploração de recursos naturais, ocupação e apropriação do território, identidade cultural e simbólica, crenças e valores. Compreender o modo de vida e o cotidiano das populações ribeirinhas implica, inicialmente, na análise histórica da formação dos grupos que compõem estas comunidades. A necessidade de sobrevivência que levou o homem, desde os primórdios da civilização, a fixar-se na natureza fez surgir certos padrões e ritmos que o adaptaram às novas formas de atividades (plantar, colher, caçar) que confrontaram, enfrentaram, alteraram e modificaram a relação entre ele e os componentes naturais (floresta, solo, animais, água) (SCHULZ, 2016).

5.2 O processo indenizatório e seus problemas

A indenização aos moradores do Canela em Palmas, Tocantins, foi um processo que ocorreu na década de 1990, quando o governo estadual do Tocantins, juntamente com a prefeitura de Palmas, iniciou o processo de desterritorialização dos moradores do povoado do

Canela, este foi marcado por conflitos e injustiças. Com a construção da Usina Hidrelétrica de Lajeado, as famílias foram obrigadas a deixar suas terras e casas sem uma adequada indenização ou reassentamento. O objetivo do projeto governamental era transformar a área rural em uma região urbana, adequada para a implantação da nova capital do Estado do Tocantins, que havia sido criada em 1988.

Convém destacar que os moradores da região foram obrigados a deixar suas casas e terrenos, sem receber uma compensação justa pelos bens perdidos. Após muitas negociações e protestos por parte dos moradores, foi acordado um valor para a indenização, mas ainda assim muitos consideram que o montante não foi suficiente para cobrir os prejuízos causados pela desapropriação. Além disso, muitos dos moradores não tinham documentação comprobatória da posse do terreno, o que dificultou ainda mais a obtenção de uma indenização justa.

Além disso, a indenização não resolveu o problema dos moradores em relação à perda da comunidade e do sentido de pertencimento à região, muitos dos moradores do povoado Canela tinham laços históricos e culturais com a área, e a desterritorialização os afastou de sua identidade e raízes.

Por isso, é importante que as políticas públicas de indenização sejam mais justas e considerem não apenas o valor material dos bens perdidos, mas também o valor simbólico e cultural que as áreas ocupadas têm para as pessoas. A desterritorialização, quando necessária, deve ser realizada com cuidado e respeito aos direitos dos moradores, e a reterritorialização deve ser incentivada como uma forma de recuperação da identidade e coesão social das comunidades afetadas.

A urbanização da região do Canela envolveu a desapropriação de terras de propriedade dos moradores da região, bem como a realocação desses moradores para outras áreas da cidade. Para garantir a saída dos moradores do Canela das áreas que seriam desapropriadas, o governo estadual e a prefeitura de Palmas iniciaram um processo de indenização.

Os moradores do Canela foram indenizados de acordo com a avaliação do valor de suas propriedades e benfeitorias, conforme observado nas Figuras abaixo, existiam escolas, casas de alvenaria com telhado de palha, e casas de alvenaria com telhado de telha, bem como existiam casas grandes e pequenas e algumas totalmente de palhas (Figuras 12, 13, 14, 15 e 16).

Os valores das indenizações variaram de acordo com a extensão das terras, a localização e as benfeitorias existentes. Muitos moradores receberam uma compensação financeira e outros receberam áreas de terras em outras regiões do Estado como forma de garantir sua sobrevivência e recomeço. Após anos de lutas e reivindicações dos moradores, a indenização aos antigos moradores do Canela foi finalmente realizada. O acordo entre a empresa

responsável pela construção da usina e os moradores previa a indenização dos proprietários das terras, dos arrendatários e dos posseiros. Essa indenização representou uma importante conquista para os moradores do Canela, que puderam finalmente reparar parte das injustiças sofridas durante o processo de desterritorialização. No entanto, a luta dos moradores ainda continua, uma vez que muitos deles tiveram suas vidas profundamente alteradas e precisaram se adaptar a um novo modo de vida na cidade.

É importante lembrar que a indenização é uma forma de compensação pelos danos causados, e não é capaz de reparar completamente as perdas sofridas pelos moradores do Canela. Ainda assim, representa um importante avanço na luta por justiça e garantia de direitos, e deve ser visto como uma conquista importante na história da região.

Figura 11 – Casas de alvenaria e telha no povoado Canela.



Fonte: Arquivo GEPAC/FCP- ano 1996.

Figura 12– Casa com telhado de palha no povoado Canela.



Fonte: Arquivo GEPAC/FCP- ano 1996.

Figura 13 – Casa de alvenaria e telha no povoado Canela.



Fonte: Arquivo GEPAC/FCP- ano 1996.

Figura 14 – Casa de adobo com telhado de palha no povoado Canela.



Fonte: Arquivo GEPAC/FCP- ano 1996.

Figura 15 – Escola Estadual Nossa Senhora Perpétuo Socorro. Foi desativada em 1993 pelo governador Moisés Avelino – 1981.



Fonte: Arquivo de fotos da Antiga Moradora Dona Lourdes, 1981.

Os valores das indenizações foram pagos em parcelas, com o objetivo de facilitar a transição dos moradores do Canela para suas novas residências. A realocação dos moradores foi feita para diferentes áreas da cidade, e incluiu a construção de novas habitações em áreas urbanizadas.

Embora a indenização tenha sido uma forma de compensação para os moradores do Canela que foram desapropriados, muitos moradores da região sentiram-se prejudicados com o processo de urbanização e realocação. Eles argumentaram que o valor das indenizações não era suficiente para compensar o valor sentimental e histórico das terras e das propriedades, além de reclamarem que as novas residências eram de qualidade inferior as antigas.

A segregação do restante do povoado Canela quando uma parte vai para a 508 Norte e a outra para o setor sul Santa Bárbara, um bairro periférico de Palmas, pode ser entendida como resultado de um conjunto de fatores, tais como a especulação imobiliária, a desigualdade socioeconômica e as políticas públicas insuficientes para garantir o acesso à moradia digna para toda a população (PARRIÃO, 2011)

A divisão territorial entre a 508 Norte e o setor sul Santa Bárbara reflete a segregação socioespacial presente em muitas cidades brasileiras, em que determinados grupos populacionais são relegados a áreas periféricas, enquanto outros têm acesso a áreas mais valorizadas e com melhores serviços públicos. No caso específico do Canela, a segregação pode ser atribuída em parte à especulação imobiliária, que tem levado a uma intensa valorização da terra em algumas regiões da cidade, tornando o acesso à moradia digna cada vez mais difícil para a população de baixa renda.

Além disso, as políticas públicas insuficientes para a garantia do direito à moradia têm contribuído para a segregação territorial em Palmas. A falta de investimentos em programas habitacionais e a ausência de regulamentação da especulação imobiliária favorecem a criação de áreas segregadas, como é o caso do Canela. Para enfrentar esse problema, é necessário um conjunto de políticas públicas que promovam a inclusão social e o acesso à moradia digna para toda a população, independentemente de sua condição socioeconômica.

5.3 A urbanização precária, o problema da infraestrutura e da moradia

Conforme já comentado, Palmas é a mais jovem capital estadual brasileira, projetada e implantada após a emancipação política desse novo Estado, em 1989. Ao longo desses anos, o espaço urbano produzido em Palmas revela-se por meio da ocupação dispersa do ordenamento fragmentado e do aprofundamento da segregação residencial marcando uma intensificação da

fragmentação social do/no espaço urbano (BRITO; ALMEIDA, 2017).

A urbanização precária é um problema sério que afeta muitas cidades brasileiras, e Palmas, Tocantins, não é exceção. Um exemplo desse problema é a quadra 508 Norte, que sofre com a falta de infraestrutura e moradia adequada. A falta de planejamento urbano é um dos principais fatores que contribuem para a urbanização precária na quadra 508 Norte. O local não conta com infraestrutura básica adequada como espaço comunitário para realização dos eventos, redes de água e esgoto, energia elétrica, pavimentação e transporte público eficiente. Essa falta de infraestrutura básica impacta diretamente a qualidade de vida dos moradores, que enfrentam dificuldades diárias para acessar serviços básicos.

A consolidação dos centros urbanos marca o processo de expansão do capital e domínio dos espaços, estabelecendo uma procura constante por proximidade aos centros administrativos, econômicos, o crescimento populacional de uma cidade leva a formação de núcleos ou setores periféricos, que podem ser ocasionada pela ocupação desordenada, pela valorização imobiliária, ou pela marginalização de área da cidade (NOGUEIRA; LIRA, 2013, p. 75).

Nessa direção, o fenômeno urbano e o espaço urbano não são apenas uma projeção de relações sociais, mas também um terreno no qual várias estratégias se chocam. Isso me leva ao pressuposto de que a produção de espaços periféricos também reflete e contém dimensões de centralidade.

Para Nogueira e Lira (2013), centralidade pode ser defendida como uma forma que é produzida na e através da práxis. Nas sociedades capitalistas, a centralidade está relacionada intimamente com as cidades. A centralidade está ligada a produção de sua contraparte, que é banida e reduzida a um lugar na periferia, que pode, mas não precisa ser uma localização espacial distante. Em seguida, identifico quatro dimensões em que a centralidade importa em relação as geografias da cidade de Palmas: primeiro, as condições precárias e a qualidade da periférica diferem entre a Região Central, Sul e Norte, ou – um pouco simplificado – entre a centralidade global e a periferia.

Em segundo lugar, nos estágios iniciais da construção de Palmas o plano diretor em um primeiro momento estava voltado e centrado em extratos de pessoas mais ricas da sociedade antes de se expandir para as periferias sociais. Isso leva a reflexões sobre a mobilidade entre “centro” e “periferia”. Em terceiro lugar, as instalações precárias das novas quadras na região Norte tornaram-se focos de problemas não apenas devido à sua posição periférica, mas também ao seu papel na produção econômica da cidade, quase sempre esses setores estavam habitados por migrantes pobres, negros e com pouco estudo. Em quarto lugar, os padrões da nova capital também estavam fortemente relacionados a decisões administrativas e políticas e, portanto, tais

problemas, são o resultado de uma governança centralizada (NOGUEIRA; LIRA, 2013).

Todo esse ordenamento fragmentado, e segregativo, fomentam diversas questões, entre essas se fixa as relacionadas ao não atendimento a políticas públicas de lazer e a rede de drogas e segurança. Importante dizer que a quadra 508 norte fica distante de um contexto de centralidade. Apesar de que o plano diretor da capital, quando foi planejado a referida quadra, era pra ser quadra de mansões, e a terceira faixa de ocupação do plano diretor de Palmas, no entanto, ao ser considerada periferia está desprovida de muitas questões relacionadas a construção da cidadania, e este é um processo que diz respeito à relação das pessoas e grupos com o Estado e mais ainda com o sentimento de pertencimento. Fazendo com que esta população residente seja excluída de diversas benesses sociais, existindo assim uma cidade dualista, sendo uma para os pobres e outra para ricos, isso é uma segregação por classe social (NOGUEIRA; LIRA, 2013).

Assim, teve impacto de padrões estendidos de urbanização e desenvolvimento desigual nas geografias de Palmas. Com referência Nogueira e Lira (2013) que chamam a atenção para as densidades esquecidas – locais onde se congregam pessoas em circunstâncias precárias, onde as pessoas vivem em condições de habitação densas e onde a saúde está em risco devido a situações de vida, falta de recursos e acesso a cuidados de saúde, entre outros.

Destaca-se que o periférico, na cidade e na sociedade pode ser identificado em três dimensões da periferia urbana: primeiro, a periferia espacial que envolve lugares que não são centrais nas sociedades contemporâneas, como conjuntos habitacionais sociais ou regiões rurais. Em segundo lugar, a periferia institucional, que é composta de práticas lideradas pelo Estado que organizam a sociedade de maneira que empurram as pessoas para as margens. E, em terceiro lugar, periferia social, um termo usado para abordar a divisão racializada da sociedade (BESSA; OLIVEIRA, 2017).

Assim, diante de ações espontâneas, entendidas como consequências indesejáveis, observa-se um conjunto de ações intencionalmente marcadas por arbitrariedades, por imposições e até mesmo por coerções, como fruto de ajustamentos particulares. Essas ações comprometeram o projeto original da capital, ou seja, contrariaram a primeira ordem intencional, por meio de ações cambiantes e criaram uma nova ordenação para o espaço urbano da cidade. O resultado dessas ações revela intermediações de interesses no processo de consolidação do poder local e de reprodução do capital fundiário e imobiliário emergente, que contribuíram para o desvirtuamento do projeto original e orientaram a produção de uma cidade desordenada e social e espacialmente fragmentada (BESSA; OLIVEIRA, 2017).

Seguindo os argumentos apresentados nos debates sobre Palmas e sua

interseccionalidade arbitrária, bem como observações empíricas preliminares durante a construção deste trabalho, é que ampliamos o argumento, levando em conta não apenas as dimensões racializadas, mas as categorias de classe, raça e gênero.

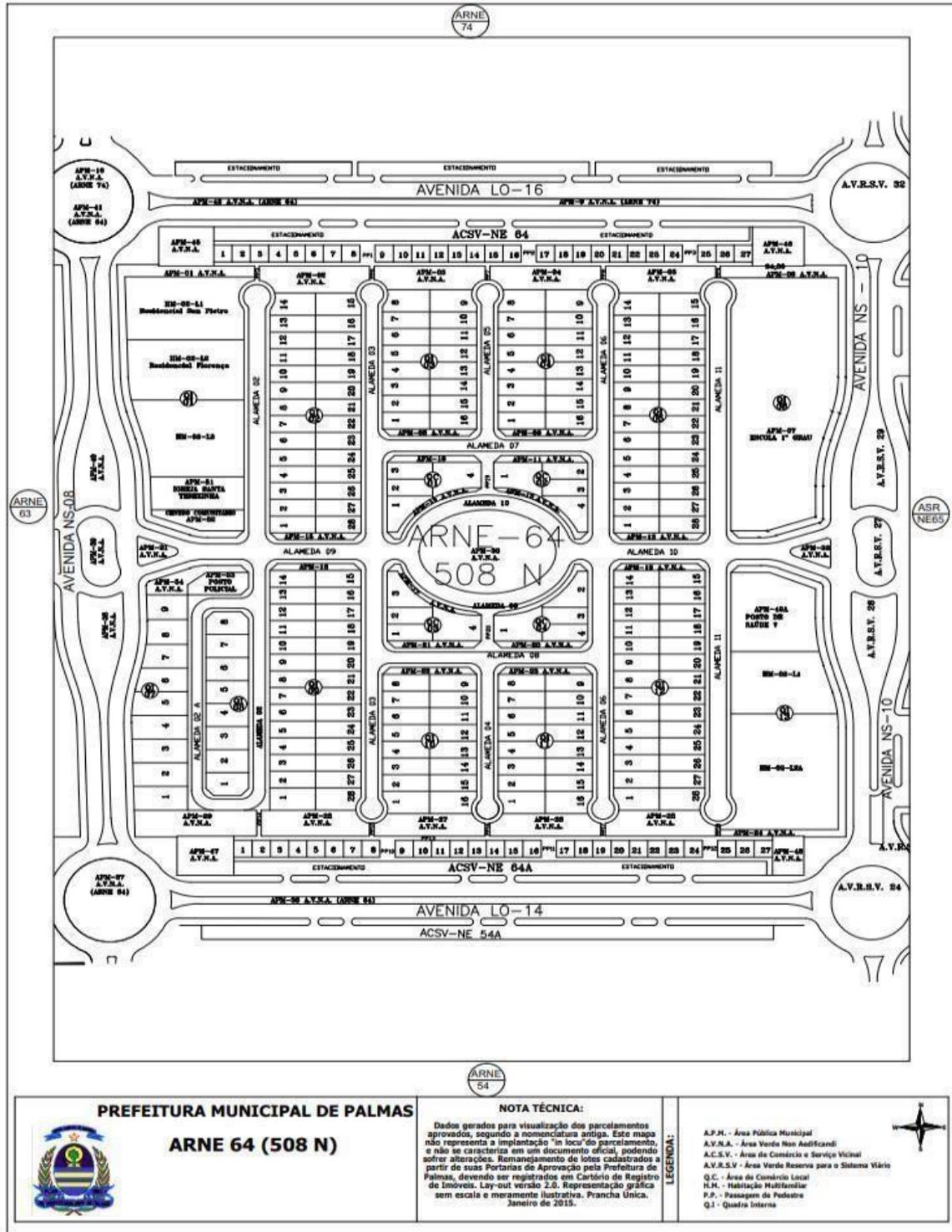
A interseccionalidade como perspectiva ajuda a apreender os padrões interligados da produção de posições periféricas e de desigualdade. Existe uma plena consciência de que essas categorias refletem condições históricas e são socialmente produzidas e não devem ser essencializadas. Ainda assim, eles servem aqui como uma poderosa heurística para identificar diferentes modos de periferização agravados pela urbanização precária, e problema da infraestrutura e da moradia (BESSA; OLIVEIRA, 2017).

Destaca-se que muitas pessoas que vivem na quadra 508 Norte estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica e habitam em condições precárias, sem acesso à moradia adequada. Muitos moradores vivem em casas improvisadas, sem ventilação e iluminação adequadas, o que pode prejudicar a saúde e o bem-estar.

A falta de infraestrutura e moradia adequada na quadra 508 Norte é um problema complexo que requer medidas efetivas para ser resolvido. É necessário investir em planejamento urbano e em políticas públicas que priorizem a melhoria das condições de vida dos moradores.

Além disso, é fundamental que haja uma maior participação dos moradores na tomada de decisões sobre as políticas urbanas, para garantir que suas necessidades e demandas sejam levadas em consideração. É preciso que as autoridades e a sociedade como um todo assumam a responsabilidade de enfrentar o problema da urbanização precária na quadra 508 Norte e em outras áreas vulneráveis de Palmas e do Brasil. Somente assim será possível construir uma cidade mais justa e igualitária para todos.

Figura 16 – Mapa da Quadra 508 Norte (ARNE 64).



Fonte: Arquivo GEPAC/FCP- ano 2015.

5.4 Resistência comunitária: os costumes e as festas do Divino vieram junto

A resistência comunitária são características que estão presentes em muitas comunidades, principalmente em contextos desafiadores, como no caso a desterritorialização dos moradores do povoado Canela e a sua reterritorialização no espaço urbano de Palmas e assim, uma das formas em que essas características se manifestam é por meio da preservação de costumes e festas locais, como as festas do Divino.

Convém destacar que Divino Pai Eterno é o padroeiro de várias comunidades em todo o mundo e muitas delas realizam festas em sua homenagem todos os anos, essas festas são uma forma de celebrar a cultura e as tradições locais, reunindo famílias e amigos em torno de atividades comunitárias, como procissões, missas, danças e comidas típicas. Nessa direção, as festas do Divino também têm um papel importante na resistência comunitária, especialmente em comunidades que enfrentam desafios sociais, econômicos ou políticos, como no caso da população supracitada.

Essas festas podem ajudar a fortalecer o senso de identidade e pertencimento da comunidade, reforçando os laços entre as pessoas e as tradições culturais que as unem. Além disso, as festas do Divino podem ser uma forma de resistência contra influências externas que possam ameaçar a cultura e os valores locais, mantendo vivas as tradições e costumes que são importantes para a comunidade.

A resistência comunitária, manifestadas através das festas do Divino, podem ter um papel importante no fortalecimento das comunidades em momentos difíceis. Essas celebrações podem ser uma forma de preservar a história e a cultura local, transmitindo esses valores para as gerações futuras e incentivando a união e cooperação entre os membros da comunidade.

Essas festas são um exemplo de resistência comunitária, pois as comunidades que as promovem muitas vezes enfrentam desafios e adversidades, como a escassez de recursos, a falta de infraestrutura e a vulnerabilidade a fenômenos naturais, como a seca, enchentes e desterritorialização. No entanto, essas comunidades conseguem se manter unidas e encontrar formas de superar esses desafios, mantendo vivas suas tradições e sua cultura.

As festas do Divino são uma oportunidade para as comunidades se reunirem e fortalecerem seus laços de solidariedade e cooperação. Durante essas festividades, são realizadas diversas atividades, como procissões, missas, apresentações de grupos culturais e festas populares. Essas atividades ajudam a promover a integração social, a troca de conhecimentos e a valorização da cultura local.

Durante o festejo do Divino, são realizadas práticas culturais que ajudam a preservar a

biodiversidade local e a valorizar os recursos naturais, como a produção de alimentos típicos da região e a utilização de plantas medicinais.

As políticas públicas em relação à preservação da identidade cultural são essenciais para garantir a valorização e o reconhecimento da diversidade cultural de um país ou região. Essas políticas incluem um conjunto de ações e estratégias que buscam preservar e promover as tradições, os costumes, as línguas e as manifestações culturais de diferentes grupos étnicos e sociais.

Figura 17 – Festejo do Divino – Imperador.



Fonte: Arquivo de fotos da Antiga Moradora Dona Lourdes, 2019.

Algumas das principais políticas públicas em relação à preservação da identidade cultural incluem a celebração do Divino Espírito Santo que é um elemento crucial no processo de adaptação, reconstrução e preservação da identidade cultural em meio a um cotidiano urbano. Essa festa popular, de origem católica portuguesa, teve sua origem no século XIV, quando a rainha Isabel e seu marido, D. Diniz, fizeram uma promessa de alimentar os famintos e oferecer sua coroa ao Divino Espírito Santo em troca de paz durante uma guerra de quase cem anos entre Portugal e Espanha. A promessa foi cumprida e assim, começou a devoção ao Divino Espírito Santo, que se espalhou por Portugal e chegou ao Brasil no século XVI (SCHULZ, 2016).

Para a proteção do patrimônio cultural as políticas públicas devem incluir medidas de incentivos para a criação de museus, arquivos e bibliotecas que visem preservar e difundir o patrimônio cultural; promoção de programas de educação patrimonial, para conscientização da população sobre a importância da preservação; fomento à pesquisa e produção de conhecimento

sobre o patrimônio cultural para melhor compreensão de suas características e importância; apoio a projetos e iniciativas de valorização; estabelecimento de normas e diretrizes para a preservação de bens culturais móveis e imóveis, como por exemplo, a realização de restauros e conservação de patrimônio arquitetônico e histórico. Essas medidas, quando integradas em políticas públicas efetivas e aplicadas de maneira consciente, podem contribuir significativamente para a proteção e preservação do patrimônio cultural de uma nação (SCHULZ, 2016).

Assim o festejo do Divino é uma importante celebração religiosa que era realizada pelos moradores da comunidade de Canela, festa acontecia em julho, o festejo envolvia uma série de atividades religiosas e culturais. Durante a celebração, são realizadas novenas, procissões e missas, além de outras atividades como leilões, bingos, música e apresentações culturais da comunidade. Uma das tradições mais marcantes da festa do Divino em Canela é a escolha do Rei da Festa. A escolha do rei era feita por meio de votação pelos moradores da comunidade. Os candidatos era geralmente homens jovens e solteiros da comunidade que são indicados pelos seus familiares ou amigos.

O processo de escolha do Rei da Festa era um evento bastante animado, que envolvia a participação de toda a comunidade. Durante o processo de votação, cada candidato fazia campanha, geralmente tentando convencer os moradores a votar nele. O Rei da Festa era escolhido com base no número de votos que recebe dos moradores da comunidade. O escolhido era anunciado durante uma cerimônia especial realizada durante a festa do Divino. O Rei da Festa tinha a responsabilidade de liderar as atividades festivas e culturais da comunidade durante o evento. Além da escolha do Rei da Festa, a festa do Divino na comunidade Canela também envolve outras estruturas organizacionais, como a comissão organizadora da festa e as equipes responsáveis por preparar as atividades religiosas, culturais e alimentação. Essas estruturas são geralmente formadas por voluntários da comunidade que trabalhavam juntos para garantir o sucesso da celebração.

Portanto, essa festa era uma celebração religiosa e cultural que envolvia a participação de toda a comunidade. A escolha do Rei da Festa era uma tradição marcante, que refletia a importância da participação da comunidade na organização e realização do evento. No entanto, atualmente essa Festa não está sendo realizada pela comunidade.

Figura 18 – Festejo do Divino.



Fonte: Arquivo GEPAC/FCP- ano 1996.

Figura 19 – Celebração do festejo do Divino em 2019.



Fonte: Arquivo de fotos da Moradora Dona Lourdes, 2019.

Em 2023, no mês de junho, foi realizado o Festejo do Divino Espírito Santo e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Nesses 76 anos de Festa em honra ao Divino Espírito Santo, a comunidade residente na quadra 508 Norte fizeram uma mais uma celebração religiosa e cultural que comprova a sua resistência apesar do seu espaço territorial (Figuras 20, 21, 22)

Figura 20– Cartaz do festejo 2023.



Fonte: Arquivo de fotos da Moradora Dona Lourdes, 2023.

Figura 21 – Pessoas com traje azul pertencentes ao Rei e Rainha.



Fonte: Arquivo de fotos da Moradora Dona Lourdes, 2023.

Figura 22 – Pessoas de vermelho e branco pertencentes ao Imperador e capitão.



Fonte: Arquivo de fotos da Moradora Dona Lourdes, 2023.

6 A QUADRA 508 NORTE: NOVAS REALIDADES E NOVOS DESAFIOS

Nesta seção, propomos analisar os processos de adaptação compulsória dos moradores do povoado Canela para no Plano Diretor de Palmas dando ênfase a suas condições reais de vida e relações sociais no novo espaço urbano tais como:

6.1 Do sertão a modernidade: apreendendo a geografia da cidade

Destaca-se que a geografia da cidade de Palmas, Tocantins, é um tema que merece atenção e análise crítica. A cidade fundada em 1989, foi planejada para ser a capital do Estado e um exemplo de desenvolvimento urbano. No entanto, a realidade mostra que a cidade enfrenta desafios significativos em termos de geografia e planejamento urbano. Um dos principais problemas é a distribuição desigual dos recursos e serviços na cidade. Existem áreas com infraestrutura e serviços adequados, como água, esgoto, energia elétrica e transporte público, enquanto outras áreas sofrem com a falta desses recursos básicos. Essa desigualdade é evidente nas periferias da cidade, onde a maioria da população é composta por pessoas de baixa renda e que enfrentam dificuldades para acessar serviços básicos e infraestrutura adequada.

Outro problema é a falta de planejamento urbano adequado. A cidade foi projetada com base em conceitos modernos de urbanismo, mas muitas vezes esses planos não se concretizaram. As áreas verdes da cidade, por exemplo, são escassas e mal distribuídas, o que prejudica a qualidade de vida da população e a saúde ambiental da cidade. Além disso, a geografia da cidade é marcada pela expansão urbana desordenada, que resultou em uma ocupação desordenada do espaço urbano. Isso torna difícil para as autoridades planejar e implementar políticas públicas eficazes para atender às necessidades da população.

Nessa direção, a geografia da cidade de Palmas, Tocantins, apresenta uma série de desafios que precisam ser enfrentados com urgência. É preciso um planejamento urbano adequado, que leve em conta as necessidades da população e que priorize a distribuição justa de recursos e serviços. Além disso, é necessário promover políticas públicas eficazes para combater a desigualdade e garantir a qualidade de vida para todos os cidadãos. Somente assim será possível construir uma cidade mais justa e igualitária para todos.

Do sertão à modernidade é uma expressão que pode sintetizar a trajetória histórica de uma das regiões mais emblemáticas de Palmas, a quadra 508 Norte. Durante muitos anos, essa região foi vista como atrasada e carente de desenvolvimento, marcada por uma paisagem sofrida e por problemas econômicos de vida e subsistência.

Para falar sobre o atual momento conhecer um pouco mais da história foi realizada uma entrevista com uma antiga moradora do povoado Canela, que atualmente mora na referida quadra. Ela fala sobre como foi que recebeu a notícia de que o povoado Canela deixaria de existir:

Olha foi assim tudo muito... muito assustador né? Porque na verdade quando foi criado Palmas... Assim, a expectativa da gente era toda vida permanecer lá na Canela. Até mesmo por ser um bairro de Palmas que antes era distrito de Porto Nacional por quase 90 anos, depois com a emancipação política de Taquaruçu, lá passou a ser um bairro de Palmas. E a gente por ser um bairro muito assim gostoso pra se morar, a gente assim pensava o tempo todo que fosse ficar lá né? Eu pelo menos que praticamente vivi maior parte da minha vida lá...era um bairro assim, de muita paz, muito arborizado, sadio, muito bom pra gente criar menino e assim era um local onde a gente se sentia família né? Eu sempre falo que a dor de um lá era detodos. Porque quando tinha um problema de saúde numa família todo mundo se voltava em torno daquela família pra fazer a campanha pra ajudar. Pra dar uma força até mesmo com com palavras, né? Apoio da visita, a gente nunca deixava aquela pessoa sozinha (Moradora do antigo Canela).

No entanto, ao longo do século XX, muitas regiões passaram por profundas transformações que levariam a se integrar cada vez mais aos processos de modernização das cidades. Essas transformações incluíram a implantação de grandes obras de infraestrutura, como barragens e hidroelétricas, e foi assim conforme explica a Moradora, o que aconteceu no povoado.

E quando surgiu essa notícia aqui lá seria extinto por causa da modernidade futuramente, a gente ficou muito triste né? Porque uai a gente construiu uma vida aqui pra destruir dentro em pouco tempo é muito triste isso a gente estava lá um dia e no outro dia tinha uma reunião. Lembro como hoje no dia da reunião dia vinte e nove de janeiro de noventa de oitenta e nove teve uma reunião lá... essa reunião foi na minha casa. Essa reunião foi pra tratar da escolha do local de Palmas. Nesse dia eu ouvi da boca de doutor Antônio Coelho ele dizia assim: “Ô que lugar bom pra gente morar, mas isso aqui vai deixar de existir. Já existe um projeto da construção de uma usina lá no funil, no rio Lajeado que vai ser inundado isso aqui. Com a construção dessa usina aqui vai ser inundado”. Eu fiquei assim, meu Deus do céu. Agora que o progresso chegou e a tão sonhada divisa do Estado chegou, que era um terror de sofrimento que a gente sofria aqui naquele tempo. Aí eu comentei com algumas pessoas que também duvidou, eu disse é gente... mas o progresso a gente não pode duvidar de nada, ninguém imaginava na vida que ia ser fundado uma capital aqui perto do distrito de Canela, e assim tão rápido foi a divisa do Estado já foi escolhido essa região pra ser a capital. Mas teve uma reunião, naquela região e agora que todo mundo sonha com a modernidade e progresso lá se vem é esse transtorno né? Porque teve o transtorno da desapropriação quando foi pra a implantação de Palmas porque lá era um distrito mais a maior parte do povo vivia da agricultura, né? (Moradora do antigo Canela).

Assim, os moradores da Canela vivenciaram um intenso processo de negociação para a desapropriação, lembrada pela Moradora:

Quando foi de noventa e seis em diante o pessoal da empresa começou chegar fez uma reunião e falou: “olha aqui pessoal, a gente não aconselha mais ninguém negociar nada, vocês não precisa melhorar a casa, não precisa aumentar mais nada, porque tem um projeto do qual a empresa que a gente representa que vai fazer a construção de

uma barragem”. Aí eu falei assim: “quer dizer que a história era verdade mesmo”, porque eu tava sem acreditar. Aí começou aquela conversa, começou as revoltas, começou aquela especulação, muita gente que não morava lá, derrepente chegou lá, já pensando em ganhar uma casa, e construir um como do zinchoas vezes de palha ou só de adobo mesmo, e foi aumentando, aumentando... Foi tão tanto, que foi preciso criar uma guarita da polícia lá, porque anoitecia e quando amanhecia o campo de futebol não tinha mais onde pisar do tanto de caminhão de mudança. E aí com a polícia botava pra sair, e assim foi... (Moradora do antigo Canela).

As negociações seguiram de maneira intensa e desgastante para todas as famílias, pois sinalizou também que na comunidade existia uma formação de classe social diferente, por isso, houve diferentes formas de negociações para a desapropriação, conforme relata a Moradora:

Começaram a fazer os cadastros das famílias, que ali moravam, cadastrava os proprietários, as pessoas que moravam de aluguel, as pessoas que morava de favor, e as pessoas que moravam no entorno, chácara de propriedade própria ou encarregado. Aí começou aquelas discussões, reuniões, e a coisa só foi aumentando até que chegou ao ponto mesmo de sentar na mesa redonda pra negociar. Eles tinham documento PPA e naquele documento é que regia toda a forma de como eles iam acertar com cada pessoa. Então os proprietários, esses tinham direito de escolher um projeto melhor. Tinha três tipos de negociação: podia ser a dinheiro; o remanejamento coletivo que é o que aconteceu aqui com a maior parte dos moradores, e também construir em um outro lugar. E assim foi feito. Outros que queriam ir pra zona rural, eles compraram terras e assentaram todo mundo que morava no arredor nas chácaras, podia ser proprietária ou só encarregado. Mas e aí, e as pessoas que moravam nas casas e de favor? Todo começo de conversa foi comigo que era a presidente da Associação, veio a preocupação com as pessoas quemoravam com as famílias de favor, fomos lutar por eles também. Dai deram uma casa pra eles, não aqui na quadra que era mais caro, mas fizeram um remanejamento desse povo pra outra localidade que foi o Santa Bárbara. Lá foi construído mais de 40 casas pra relocar, construíram centro comunitário, construíram centro de saúde, escola, realocou pras casas eram simples e menores, mas ninguém ficou desamparado (Moradora do antigo Canela).

A formação de uma vida diferente do que era no Canela, que vivia economicamente do cultivo da terra e que agora tiveram que viver na cidade, trouxeram consigo novos modos de vida e novas demandas, inclusive no lado social, conforme explica a Moradora:

Passou a parte das casas e vem o lado social... e esse foi difícil... O lado social foi difícil, porque lá o povo plantava, criava suas galinhas, porcos, criava uma vaquinha de leite, plantava mandioca, tinha abóbora, tinha tudo lá, e era beira de rio, e o peixe era em abundância, a carne que se comia era de peixe, dai tira esse povo de lá e coloca aqui, com aquela bela promessa de dizer: “a assistência social vai acompanhar, e dá todo apoio que a esse povo que não tem condição de sobreviver sem essa renda financeira que eles tem aqui, sem o apoio da agricultura né. Aí colocaram aqui...quando chegaram aqui não foi mais de 4 meses que teve essa assistência social, depois desapareceram, ficou esse povo aí sem assistência nenhuma...olha vou te falar é muito doloroso, até hoje tem gente assim, que se arrasta... deixar cortar agua, energia, porque são pessoas que nunca teve um emprego, vivia de biquinho lá, além das coisas que comia e tirava da própria terra, pescava vendia o proprio peixe e ia complementando as outras coisas. E hoje aqui não tem mais essas coisas, tem que ser tudo no dinheiro... (Moradora do antigo Canela).

Com o surgimento da quadra e formação de uma nova forma de vida, houve diversos problemas econômicos relatados pela Moradora:

Pra você ir ali no centro tem que depender de dois ônibus pra ir e tem que ser porque as coisas é muito longe... e uma pessoa pra viver aqui sem emprego, passa mais fome do que come, é muito difícil..muito difícil gente (Moradora do antigo Canela).

A moradora, relatou também o sentimento de distanciamento que sentiu ao ver todos do Canela serem realocados para locais mais longes da quadra 508 Norte:

Sem falar do sentimento, dai dispersa tudo, parece que as pessoas ficam mais distante um do outro, dai aquele tanto que tinha lá, não tivermos a graça de juntar todo mundo, e não tinha condição mesmo de morar aqui, uns foram pro Santa Bárbara, construíram outro assentamentozinho ali do lado de Taquaralto. Teve o reassentamento Prata que é no caminho de Porto Nacional, tem o reassentamento São Francisco, tem o Luzimangues, tem o outro reassentamento do Santa Luízia tudo foi em função da desapropriação (Moradora do antigo Canela).

As pessoas realocadas do povoado Canela vieram para essa quadra, que abriga importantes necessidades, e enfrentaram muitos desafios, como o não acesso de água, a pobreza e a desigualdade social, o que os fez voltar para a vida na roça, assim retratado pela moradora:

Quantas vezes eu pedia pras pessoas que eu conhecia fazia vaquinha pra pagar contada luz, água dessas pessoas, o que aconteceu é que a maioria teve que vender as casas e ir embora daqui, porque ia viver de quê? Ia morrer a mingua, vendeu e foi pra roça mesmo, porque lá é difícil, mas se tiver coragem planta alguma coisa e tem pelo menos o que comer, não vai comprar. É tudo muito difícil (Moradora do antigo Canela).

No entanto, chama a atenção que o povo Canela soube se reinventar e se adaptar às mudanças, mostrando que é possível superar os desafios e construir um futuro mais próspero e inclusivo para todos, com direitos e organização social.

E agora o povo descobriu e a festa do Divino é muita gente é umas 700 a 800 pessoas que vem pra cá. que ajunta gente na festa, aí brigamos muito, porque lá tinha o meu barracão onde fazia tudo. (Moradora do antigo Canela).

A Moradora do antigo Canela refere que para a continuação dessa festa secular em um local adequado houve uma ampla negociação com a empresa para a construção de um espaço. Assim, atualmente a festa do Divino ocorre no salão comunitário que foi construído ao lado da igreja. Esta festa que antes durava a noite inteira no local de origem da comunidade, atualmente, em virtude das restrições da vida urbana, entre elas a questão da música alta e do barulho, o encerramento acontece em torno das duas horas da madrugada.

Figura 23 – Última turma de primeira eucaristia e crismando em 1989 - No Barracão da Esperança do Povoado Canela.



Fonte: Arquivo de fotos da Antiga Moradora Dona Lourdes, 1989.

6.2 A nova organização social como espaço de lutas pelos direitos

Governança é um termo utilizado para descrever o processo de tomada de decisões e a gestão de recursos em uma determinada sociedade, organização ou grupo. É uma abordagem mais abrangente do que a governabilidade, pois inclui a participação ativa e a colaboração de diferentes partes interessadas na tomada de decisões, além da implementação e monitoramento das ações. A governança pode ocorrer em diferentes níveis, desde o local até o global e pode envolver diversos atores, como governos, empresas, organizações da sociedade civil e comunidades locais. Ela também pode estar relacionada a diferentes áreas, como política, economia, meio ambiente e social (CORRALO, 2010).

Também pode ser vista como um processo contínuo, que envolve a construção de consenso, a definição de objetivos, a alocação de recursos e a implementação de ações. Ela pode ser influenciada por diversos fatores, como a cultura, a história, as instituições, as leis e as normas sociais. A boa governança é um objetivo desejado em muitas sociedades, pois pode levar a melhores resultados e benefícios para todos os envolvidos. Ela pode ser avaliada através de indicadores como a transparência, a prestação de contas, a eficácia e a equidade. A falta de governança adequada pode levar a problemas como a corrupção, a instabilidade política e econômica, e a exclusão social (MATOS; DIAS, 2013).

Nessa direção, a governança da Quadra 508 Norte envolve a participação ativa dos moradores na gestão do bairro, por meio de conselhos e comitês que discutem e avaliam as

políticas públicas implementadas pela prefeitura. A participação da população na governança é fundamental para garantir que as ações realizadas pela prefeitura atendam às necessidades e demandas dos moradores da região.

Desde a sua criação, a prefeitura de Palmas vem implementando políticas públicas para melhorar a qualidade de vida dos moradores da região. Mas, os moradores da Quadra 508 Norte, que vieram da comunidade Canela, têm expressado descontentamento com a falta de políticas públicas que atendam as suas necessidades. Isso ocorre porque muitos dos moradores são pessoas de baixa renda que se mudaram para a região em busca de melhores condições de vida. No entanto, apesar dos investimentos realizados pela prefeitura de Palmas na região, muitos moradores consideram que as políticas públicas não são suficientes para atender as suas demandas.

Entre as principais reclamações dos moradores estão: Falta de emprego e renda, pois muitos moradores da região têm dificuldade em conseguir empregos e fontes de renda que permitam uma melhora significativa na sua qualidade de vida. Ausência de serviços públicos essenciais como água, energia elétrica e saneamento básico. Falta de segurança pública como roubos, furtos e violência. A região ainda enfrenta problemas de infraestrutura urbana, como ruas mal pavimentadas, falta de calçadas e ciclovias e falta de iluminação pública adequada.

Diante desses problemas, os moradores têm se organizado para reivindicar melhores condições de vida e a implementação de políticas públicas mais efetivas na região. Entre as medidas propostas pelos moradores estão a criação de novas oportunidades de emprego e renda, a melhoria da infraestrutura urbana, o fortalecimento da segurança pública e a ampliação dos serviços públicos essenciais na região.

Nessa direção, os conceitos de múltiplo território e territorialidade são fundamentais para entender as formas como as sociedades se relacionam com o espaço geográfico e constroem suas identidades culturais. A Moradora refere que:

As pessoas reclamam muito porque o Canela era um lugar cultural, aqui as coisas debandou tudo. Lá tinha as festas juninas que eram muito famosas, já tinha um nome, tinha o esporte que era muito falado, tinha essas outras culturas religiosas que a Festa do Divino, Roda de São Gonçalo, Dança da Sucia, Folia do divino (Moradora do antigo Canela).

Múltiplo território refere-se à ideia de que as sociedades contemporâneas se organizam em diferentes níveis e escalas territoriais, que interagem e se sobrepõem entre si. Ou seja, não há um único território que define a identidade de uma comunidade, mas sim uma complexa rede de territórios, que abrange desde o local até o global e que se entrecruzam e se interconectam. Sobre o novo território, a Moradora comenta:

Tudo tinha lá...aqui dispersou e as pessoas sofrem muito por isso. Aqui a única coisa que se ve de vez em quando aqui é a Folia do Divino, porque os meninos que eram foliões lá moram em Luzimangues, ainda permanece com esse elo, daí quando tem folia do divino lá, eles ainda vêm visitar aqui. Às vezes tem pouso, eles giram aqui. Mas não é igual, aquela coisa como a gente vivia lá, que a gente via girar tudo e chegar, aquela dança da roda de São Gonçalo, essas coisas já acabou tudo... (Moradora do antigo Canela).

A territorialidade, por sua vez, é o conjunto de práticas e simbolismos que as comunidades utilizam para se apropriar e se identificar com um determinado território. Ela envolve desde as práticas cotidianas de uso do espaço, como o trabalho e a moradia, até as festas e tradições culturais que são realizadas em um determinado lugar. Assim, a territorialidade está intimamente ligada à construção da identidade cultural de uma comunidade, e é influenciada por diversos fatores, como a história, a geografia, a economia e as relações sociais. É por meio da territorialidade que as comunidades constroem suas memórias coletivas e afirmam suas diferenças culturais em relação a outras comunidades.

O conceito de territorialização segundo Haesbaert (2007) refere-se à forma como as relações sociais, culturais e políticas se materializam em espaços geográficos específicos. É um processo que envolve a construção de identidades e relações de poder a partir de uma base territorial. Haesbaert argumenta que a territorialização é um processo complexo que envolve tanto a imposição de poder por meio de estruturas hegemônicas quanto a resistência e a luta por parte de grupos subalternos. A territorialização pode, portanto, ser entendida como um processo de construção de identidades e relações de poder a partir de uma base territorial.

Nesse sentido, a territorialização pode ser vista como um processo político, pois envolve a disputa pelo controle e uso do território. Essa disputa pode ocorrer entre diferentes grupos sociais, culturais ou políticos, como no caso de conflitos envolvendo terras indígenas ou áreas de preservação ambiental, por exemplo.

A territorialização também está relacionada à construção de identidades coletivas, que podem ser reforçadas por meio da apropriação simbólica e material do território. Essa apropriação pode ocorrer por meio da criação de espaços comuns, da valorização de elementos culturais e históricos do território, entre outras formas.

Em suma, a territorialização segundo Haesbaert (2007) é um processo complexo e dinâmico que envolve a construção de identidades coletivas e relações de poder a partir de uma base territorial. Esse processo pode ser visto como um campo de disputas políticas e culturais, e é fundamental para compreender as relações sociais e a dinâmica espacial em diferentes contextos.

Nesse sentido, a compreensão dos conceitos de múltiplo território e territorialidade é essencial para o planejamento e a implementação de políticas públicas que visem à preservação e promoção das diversidades culturais, bem como para a valorização das identidades e dos patrimônios culturais de cada comunidade.

A Moradora refere que:

A festa do divino já existia no calendário do município, ela chegou a ir do calendário do município para o calendário do estado, a gente, era uma festa assim muito bonita que a gente chegou aqui nos primeiros anos e não fazia nada, pq não tinha lugar pra fazer, depois a gente resolveu enfrentar, eu disse: 'gente não podemos deixar morrer tudo não, a comunidade lá acabou... o Canela acabou, mas ainda existe muitas pessoas de lá que conheceu e que ainda pode lutar por isso', ai a gente começou a fazer a Festa do Divino de novo, mas o que que acontece tudo aqui é muito difícil, a gente não tem apoio de prefeitura, a gente não tem apoio do estado, a gente não tem apoio de ninguém. O apoio é só o da igreja e das pessoas que cai de festeiro, é que faz das tripas o coração pra que a festa aconteça. Não tem condição de fazer a festa tão grande como fazia lá (Moradora do antigo Canela).

A foto de uma pescaria (Figura 14), na qual os elementos ribeirinhos desempenham um papel central, oferece uma janela fascinante para a riqueza cultural e ambiental da comunidade ribeirinha do povoado Canela. Nessa imagem, vemos uma conexão profunda com a paisagem, a fauna, a flora e as práticas cotidianas que foram cuidadosamente tecidas ao longo de mais de um século e meio. Os elementos ribeirinhos desempenham um papel fundamental na construção de identidades locais. Eles representam não apenas o cenário no qual a vida se desenrola, mas também são parte integrante da própria essência dessa comunidade. A paisagem ribeirinha, com seus rios sinuosos e matas exuberantes é mais do que um pano de fundo; ela é o palco onde as histórias e memórias se desenrolam.

A fauna e a flora também são componentes vitais desse cenário. Os peixes capturados na pescaria não são apenas alimento, mas também símbolos da relação harmoniosa entre a comunidade e seu ambiente. As árvores e plantas locais desempenham um papel na medicina tradicional, na culinária e na construção, enriquecendo a cultura local e a conexão com a terra. A cultura ribeirinha, como é representada nessa foto, reflete a simplicidade e a harmonia da vida próxima à água. A pesca, as redes de apoio mútuo e as tradições transmitidas ao longo das gerações são um testemunho da resistência dessa comunidade, que se adaptou ao longo dos anos sem perder sua identidade.

Figura 24 – Pescaria do povoado Canela.



Fonte: Arquivo de fotos da Antiga Moradora Dona Lourdes, 1989.

A foto de uma pescaria no povoado Canela não é apenas uma representação visual, mas um mergulho na essência de uma comunidade que valoriza e preserva os elementos ribeirinhos como pilares de sua identidade. Ela nos lembra da importância de proteger a diversidade cultural e ambiental, ao mesmo tempo em que celebramos a riqueza das tradições que moldam as vidas das pessoas.

No entanto, esses modos de vida foram abruptamente interrompidos devido projetos que visavam trazer “progresso” e “desenvolvimento”. Agora, todo o legado histórico, cultural e religioso dessa comunidade foi extinto e prestes a desaparecer devido ao deslocamento compulsório para um ambiente totalmente diferente do habitual. Na região Canela, a relação entre a comunidade e a fé é muito próxima, e isso se reflete nos costumes, nas tradições e nas histórias que são contadas e transmitidas de geração em geração. Essas histórias, por sua vez, são uma fonte de inspiração para as novas gerações, sobre a história da Folia do Divino a Moradora relata que:

Essa festa, ela era composta por 5 membros, tinha o Rei a Rainha, o capitão do mastro de Nossa Senhora, o Capitão do mastro do Divino e o Imperador, aí na sexta-feira, a gente começava 9 dias antes com as novenas na igreja, quando era na sexta-feira, (que terminava as novenas na quinta-feira), daí começava as festas na sexta-feira à noite, mas, três horas da tarde levantava o primeiro mastro o mastro de nossa senhora, cujo

tinha um capitão o rei e a rainha. O mastro é missão do capitão, levantava, enfeitava tudo. A noite tinha a missa de posse do Rei e Rainha, daí o Rei e Rainha do ano anterior vinha e coroava os outros, ficava de joelho todo mundo, eles recebiam as coroas e o manto azul da cor do manto de Nossa Senhora, daí eles sentam num lugar bonito, e daí tinha a festa do capitão daí serviam café com bolo, muito café com bolo, apesar de ser uma missão do capitão, nós recebiam muita ajuda, por ser uma festa já no calendário, recebiam ajuda da prefeitura, do estado, inclusive com as coisas de bolo e com som, com banda da militar, da metropolitana de música, era assim coisa de ornamentação pro local da festa e pro mastro eles davam tudo. Aí quando era no sábado tinha a missa solene do Rei e Rainha, aí a festa era de dia, eles serviam tudo, café com bolo, almoço pra todo mundo, porque vinha gente de muito lugar, São Paulo, Brasília, Goiânia, porto nacional, no mês de julho, segunda semana do mês de julho, o povo gostou almoçava e tinha forró a tarde inteira, a brincadeira era grande. A noite no sábado era a festa do capitão do Divino, servia café com bolo pra todo mundo e o forrozão era sadio e bom demais. Daí no Domingo era a missa do Imperador, e tinha café com bolo e almoço, a festa ia até a noite, a festa era muito boa... Eu sempre dizia assim, parece que mão de Nossa Senhora e do Divino estava ali, porque o povo bebia tanto e não tinha uma briga, nunca teve nada. Então aqui, em 2001 quando a gente chegou aqui, no primeiro ano não teve nada, quando foi em 2002 eu pensei meu Deus do céu vamos ver se a gente consegue pelo menos celebrar uma missa pra não morrer de vez essa festa. Daí o Monsenhor veio celebrar a missa e fizemos uma confraternização. Aí a gente colocamos os festeiros pra 2003, aí fizeram a festa aí começou de novo, mas assim aqui é bem mais fraca, as coisas são muito caras muito difícil não dá pra fazer não sem ajuda (Moradora do antigo Canela).

6.3 Uma quadra diferente dentro de um modelo hegemônico de divisão espacial

É crucial notar que a edificação de Palmas, juntamente com a inauguração subsequente da usina que culminou na formação do lago artificial nas proximidades do antigo povoado Canela, ocasionou mudanças substanciais e permanentes para os habitantes. Essas transformações não se restringiram unicamente à infraestrutura, exemplificada pela nova quadra habitacional onde foram realocados. Elas também abrangeram consideravelmente o domínio simbólico, incluindo a exposição a novos valores culturais, dado o ambiente radicalmente diverso em comparação com sua experiência prévia (SANTOS, 2001).

Uma quadra habitacional diferenciada, inserida em um contexto que geralmente segue um modelo hegemônico de divisão espacial, destaca-se por sua abordagem alternativa aos padrões tradicionais de segregação e exclusão social que frequentemente prevalecem em muitas cidades. Essas áreas representam uma abordagem inovadora e inclusiva na construção do ambiente urbano, desafiando as normas preestabelecidas que marginalizam comunidades em situação de vulnerabilidade social.

Em contraste com as divisões espaciais convencionais que perpetuam desigualdades, as quadras habitacionais diferenciadas buscam promover a coexistência harmoniosa e a diversidade. Elas são concebidas para criar espaços urbanos nos quais a acessibilidade, a sustentabilidade e a integração social são os princípios orientadores. Isso significa que ao

contrário das áreas segregadas, onde o acesso a serviços básicos, como educação e saúde, pode ser limitado, essas quadras priorizam o acesso equitativo a oportunidades e recursos para todos os seus residentes.

Além disso, essas áreas habitacionais desafiam os modelos tradicionais de exclusão social, reconhecendo a importância de uma comunidade diversificada em termos de origens étnicas, econômicas e culturais. Elas incentivam a convivência entre diferentes grupos, promovendo a troca de experiências e a construção de uma identidade coletiva que valoriza a pluralidade.

A existência de quadras habitacionais diferenciadas é um lembrete de que é possível repensar o ambiente urbano, tornando-o mais inclusivo e humano. Esses locais são espaços que transcendem as barreiras tradicionais da segregação, abrindo caminho para uma visão mais igualitária e justa das cidades nas quais as necessidades de todos os cidadãos são levadas em consideração e onde a diversidade é celebrada como um ativo valioso para o crescimento e a coesão da comunidade.

Assim, as casas construídas na Quadra 508 Norte são frequentemente representativas das condições socioeconômicas da população local. Muitas delas são residências mais modestas, construídas com materiais de custo acessível, como tijolos e concreto, muitas vezes refletindo a demanda por habitação a preços acessíveis em uma cidade em crescimento. Elas são geralmente de tamanho médio e têm uma aparência prática e funcional (Figura 15).

Figura 25 – Casa na Quadra 508 Norte.



Fonte: Arquivo de fotos da Moradora Dona Lourdes, 2023.

Figura 26 – Modelo de casas na Quadra 508 Norte.



Fonte: Arquivo de fotos da Moradora Dona Lourdes, 2023.

Muitas casas na Quadra 508 Norte refletem a heterogeneidade da população que ali reside, com uma igualdade nos estilos arquitetônicos e tamanhos de residências que atendem às diferentes necessidades e preferências das famílias locais.

Essa quadra seria um espaço de convivência e diversidade, onde diferentes grupos sociais e culturais coexistem de forma harmoniosa. No entanto, não foi essa a realidade encontrada pelo povo Canela de acordo com a Moradora:

Dai, quando viemos pra cá, ficamos sem saber como vamos fazer agora, porque as casas são muito pequenas, não tem como fazer a festa em casa...foi quando chamamos um grupo de moradores e falamos com pessoal da empresa olha vocês estão nos devendo uma coisa, porque não tem como vocês não construir um local pra fazer as coisas não... porque lá a gente tinha tudo, e aqui não temos nada...nem as coisas que tinha lá...dai eles contruíram o centro comunitário, dai tudo fica bonitinho, a gente enfeita tudo pra fazer a festa (Moradora do antigo Canela).

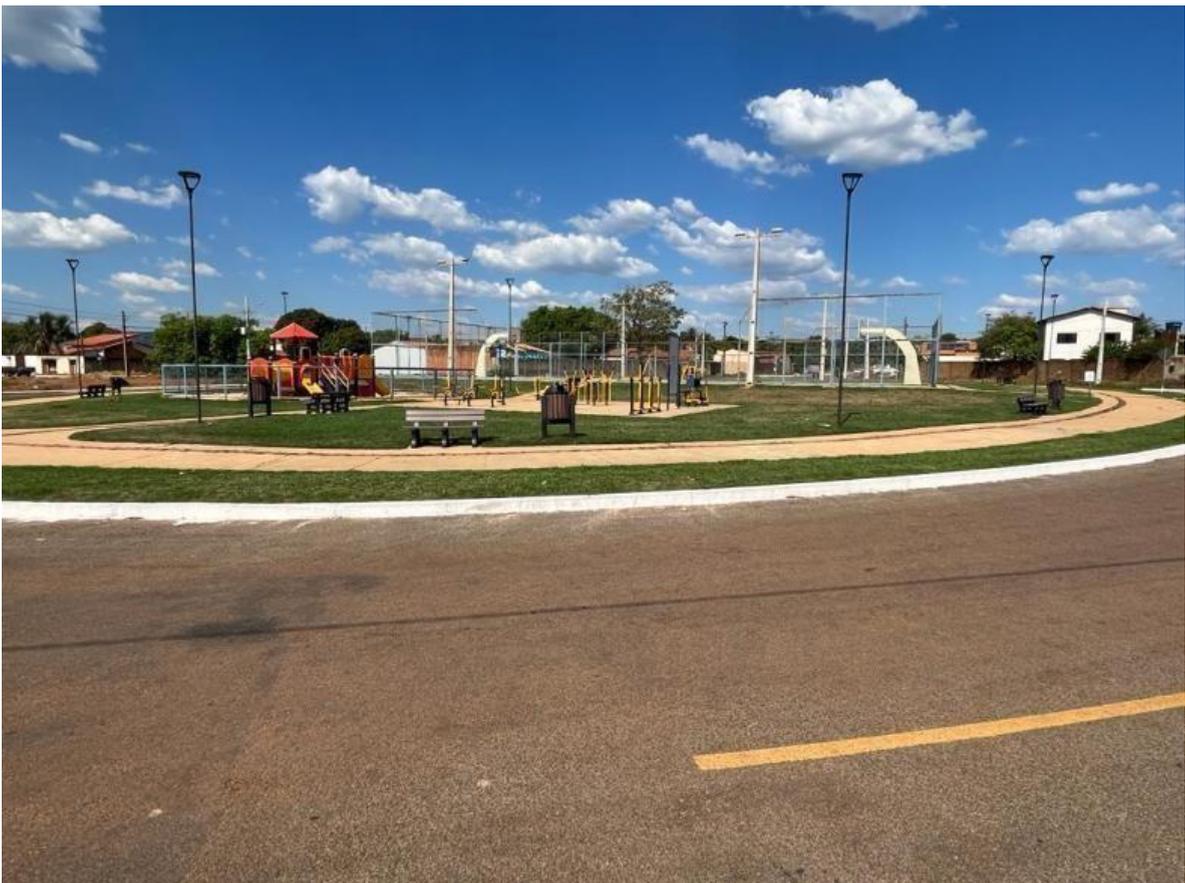
Para criar uma quadra habitacional diferente, seria necessário adotar uma abordagem participativa e integrada, que envolvesse a comunidade no processo de planejamento e construção do espaço. Além disso, seria preciso levar em consideração a diversidade cultural e social dos moradores, buscando promover a inclusão e a igualdade, sobre isso a Moradora

relatou que:

Os proprietários, aquelas pessoas que tinham a posse da terra lá, eles trouxeram nessa quadra aqui pra escolher, levaram também em outra quadra, e pra um setor perto de taquaralto, mas nos aceitamos essa quadra aqui, porque era mais localizada, perto de tudo, quadra calma, perto do centro (Moradora do antigo Canela).

Algumas características que podem beneficiar a quadra 508 para o povo Canelas tais como: espaços de convivência comunitários como áreas verdes, praças, jardins, espaços culturais e de lazer, que incentivem o convívio entre os moradores e a promoção da cultura local. Infraestrutura acessível e de qualidade, com serviços básicos como água, esgoto, energia elétrica e internet de qualidade, além de acessibilidade para pessoas com deficiência e idosos. Conforme observado na figura 17 e 18 quadra 508 Norte tem uma praça pública que atende a demanda da comunidade.

Figura 27 – Praça pública na Quadra 508 Norte.



Fonte: Arquivo de fotos da Moradora Dona Lourdes, 2023.

Moradias de diferentes tipos e tamanhos que atendam às diferentes necessidades e realidades dos moradores, desde casas individuais até apartamentos coletivos, com opções de aluguel ou compra. Incentivo à economia local, com a promoção de pequenos negócios e empreendimentos locais, como lojas, mercados e restaurantes, que gerem empregos e renda para os moradores. Opções de transporte público de qualidade, incentivo ao uso de bicicletas e outros meios de transporte sustentáveis, e redução da dependência de carros particulares.

Figura 28 – Praça pública na Quadra 508 Norte.



Fonte: Arquivo de fotos da Moradora Dona Lourdes, 2023.

As características da Quadra 508 sugerem que ela poderia, potencialmente, servir como um modelo de inclusão e diversidade dentro de um modelo hegemônico de divisão espacial. No entanto, é importante abordar essa afirmação com um olhar crítico, reconhecendo tanto suas virtudes como as possíveis limitações. Por um lado, a presença de uma comunidade atualmente diversificada e uma ênfase na coexistência harmoniosa dentro da Quadra 508 são aspectos altamente valorizados. Existe um esforço louvável em contrapor o padrão tradicional de segregação social que frequentemente caracteriza muitos espaços urbanos. A promoção de uma cidadania mais justa e igualitária, que considere as necessidades de todos os cidadãos, é uma

meta nobre e necessária.

No entanto, é vital reconhecer que, mesmo em um ambiente que celebra a diversidade e a inclusão, podem surgir desafios e obstáculos. A convivência pacífica e a construção de uma cidadania mais justa exigem um compromisso constante com a resolução de conflitos e a eliminação de quaisquer formas de discriminação que possam surgir. Além disso, é preciso garantir que os recursos e as oportunidades sejam distribuídos de forma equitativa entre todos os moradores, independentemente de sua origem étnica, cultural ou econômica.

O potencial da Quadra 508 se tornar um modelo de inclusão e diversidade deve ser acompanhado de ações efetivas para criar uma cidadania mais justa e igualitária. Isso inclui políticas públicas que promovam a equidade, o acesso a serviços básicos, a educação e o emprego para todos os residentes, bem como a promoção de um ambiente de respeito e tolerância. Embora a Quadra 508 represente uma esperança de transformação positiva na divisão espacial de Palmas, é fundamental que a retórica da inclusão seja respaldada por ações concretas para garantir que a criação de uma cidadania mais justa e igualitária seja, de fato, realizada no cotidiano da comunidade. A diversidade cultural dos antigos moradores do povoado Canela é um trunfo, mas o verdadeiro desafio reside em transformá-la em oportunidades e equidade para todos os seus residentes.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao desenvolver esta pesquisa foi possível observar o seu papel fundamental ao destacar os impactos da urbanização e da desterritorialização nas comunidades tradicionais. Ela não apenas enriquece nossa compreensão dos desafios enfrentados por essas comunidades, mas também sublinha a vital importância da preservação de suas identidades culturais e territoriais em meio a um mundo em constante mutação.

Além disso, a pesquisa enfatiza a notável resistência e determinação dessas comunidades na luta para manter suas raízes e histórias, apesar das pressões impostas pela urbanização. O reconhecimento das batalhas travadas por essas comunidades é crucial, não apenas para valorizar sua herança e identidade, mas também para promover a formulação de políticas públicas mais equitativas e inclusivas. Somente através desse reconhecimento e da consideração das necessidades e direitos das comunidades tradicionais em um contexto de urbanização contínua poderemos trabalhar em direção a um futuro mais justo e solidário para todos.

A desterritorialização é um fenômeno cada vez mais presente em nossas sociedades contemporâneas. É caracterizada pela perda de laços territoriais por parte dos indivíduos, especialmente em áreas urbanas que sofrem intensas transformações econômicas, sociais e culturais. Esse processo pode afetar comunidades inteiras, como é o caso dos moradores do povoado Canela, em Palmas, Tocantins.

No caso do Povoado Canela, a territorialização e a organização socio territorial estão intimamente ligadas, uma vez que os laços territoriais e culturais têm sido fundamentais para a formação da identidade coletiva dos moradores e para a organização comunitária. Essa identidade coletiva se manifesta em diversas formas de expressão cultural, como as festas e as tradições religiosas, que contribuem para a valorização da cultura local e para a construção de uma memória coletiva.

O povoado Canela, antes do processo de desterritorialização, era um lugar tranquilo e isolado, localizado à margem direita do Rio Tocantins, a cerca de 10 km do centro de Palmas, capital do estado do Tocantins. Com uma área territorial de 70 alqueires, era habitado por uma comunidade rural que se dedicava principalmente à agricultura e à pecuária. O povoado tinha uma população pequena, formada por famílias que haviam se instalado na região há várias gerações. A vida ali era marcada pela simplicidade e pela convivência com a natureza, já que o povoado estava cercado por uma paisagem exuberante, com matas, rios e cachoeiras.

O povoado era composto principalmente por casas de madeira e barro, além de algumas

construções mais sólidas, como a igreja e a escola. As ruas eram estreitas e sem pavimentação, com iluminação precária. O povoado também possuía uma pequena praça e um mercado local. As atividades econômicas do povoado eram baseadas na agricultura de subsistência, com destaque para o cultivo de arroz, milho e feijão, além da criação de animais como gado, porcos e aves. A pesca também era uma atividade importante, já que o Rio Tocantins fornecia peixes e camarões para a alimentação da comunidade. A vida social do povoado era marcada pela solidariedade e pela cooperação mútua. As famílias se ajudavam na realização de tarefas como a construção de casas, a limpeza de terrenos e a colheita de alimentos. A igreja local era um ponto de encontro para a comunidade, onde as pessoas se reuniam para celebrar as festas religiosas e participar de atividades sociais e culturais.

No entanto, o processo de desterritorialização que ocorreu na região acabou transformando profundamente a vida no povoado Canela. Com a construção da Usina Hidrelétrica de Lajeado, o Rio Tocantins foi represado e o povoado foi inundado pelas águas do lago formado pela barragem. Assim, a população foi obrigada a deixar suas casas e suas terras, e muitas famílias perderam suas fontes de subsistência. O processo de desterritorialização foi traumático e doloroso, e marcou profundamente a vida dos moradores do povoado.

A inserção dos moradores do povoado Canela no espaço urbano de Palmas-TO ocorreu de forma forçada e traumática, e após serem obrigados a deixar suas terras e casas, muitos moradores do povoado foram realocados para a periferia da quadra 508 norte, um bairro em desenvolvimento na época. A chegada dessas famílias ao local gerou diversos conflitos e desafios, tanto para os moradores quanto para a administração pública. Inicialmente, as famílias foram alocadas em barracos improvisados e sem condições mínimas de habitabilidade. A falta de infraestrutura básica, como água potável, energia elétrica e saneamento básico, tornava a vida na nova moradia ainda mais precária. Além disso, a falta de um planejamento adequado para a construção do novo bairro gerou problemas como a falta de ruas pavimentadas e de equipamentos públicos como escolas e postos de saúde.

Os moradores do povoado Canela precisaram se adaptar rapidamente ao novo ambiente, buscando trabalho e renda para sustentar suas famílias. Muitos dos moradores encontraram oportunidades de emprego na construção civil, setor que se desenvolvia rapidamente na cidade na época. Com o passar do tempo, o bairro foi se desenvolvendo e recebendo melhorias na infraestrutura e nos serviços públicos. As famílias do povoado Canela se organizaram em associações comunitárias para reivindicar seus direitos e melhorias para o bairro, buscando a integração com a cidade e a garantia de condições dignas de vida.

Muitos moradores do povoado Canela conseguiram se reorganizar e se reterritorializar em outras áreas da cidade de Palmas. A luta pela reivindicação de direitos e pela preservação da memória do povoado é uma das marcas da resistência desses moradores, que buscam manter vivas as tradições e a cultura de sua comunidade.

Uma outra estratégia é a organização comunitária, que tem permitido a criação de espaços de convivência e de diálogo entre os moradores, além de fortalecer a identidade cultural desse povo. Outra estratégia é a busca pelo reconhecimento destes, enquanto comunidade tradicional, como área de interesse social. Todas essas estratégias são importantes para entender o processo de territorialização e organização socioterritorial do Povoado Canela no espaço urbano de Palmas. A territorialização pode ser entendida como um processo pelo qual os indivíduos ou grupos estabelecem laços territoriais e culturais em um determinado espaço e a organização socioterritorial se refere à forma como esses indivíduos ou grupos se organizam socialmente em torno desses laços territoriais e culturais.

A reterritorialização também pode ser facilitada por políticas públicas que valorizem a diversidade cultural e o reconhecimento dos direitos das comunidades tradicionais. Isso pode incluir a garantia de moradia digna, a preservação do patrimônio cultural, o acesso à educação e à saúde, entre outras medidas que contribuam para a inclusão social e o fortalecimento das comunidades locais.

A desterritorialização dos moradores do povoado Canela em Palmas é um fenômeno que reflete as transformações sociais e urbanas que ocorrem em nossas sociedades contemporâneas. No entanto, a luta dos moradores pela permanência e valorização da sua cultura é uma forma de resistência que contribui para a reterritorialização no espaço urbano de Palmas. Essa luta pode ser facilitada por políticas públicas que valorizem a diversidade cultural e garantam o reconhecimento dos direitos das comunidades tradicionais.

Atualmente, o bairro da quadra 508 norte é uma área residencial consolidada, com uma população diversa e uma dinâmica própria. Os moradores do povoado Canela se inseriram nesse contexto e contribuíram para a construção dessa identidade local, mantendo suas tradições e sua cultura e se tornando parte integrante da história da cidade de Palmas.

Em síntese, a entrevista com a antiga moradora do povoado Canela que atualmente mora na quadra 508 Norte e que por mais de 25 anos e presenciou muitas mudanças ao longo desse tempo, referiu que:

(a) A vida no povoado Canela era tranquila e simples. Pois, era uma comunidade unida e solidária. A maioria das pessoas trabalhavam na agricultura ou em pequenos negócios locais. No local não tinha muita infraestrutura, mas vivíamos bem com o que tínhamos.

(b) A mudança foi muito difícil para eles, pois foram informados que tinham que deixar suas casas e a comunidade inteira seria deslocada.

(c) No início, toda a comunidade ficou deveras muito preocupados e com medo do que poderia acontecer. A dificuldade inicial foi principalmente ao pouco costume com o barulho e a correria da cidade. Além disso, a maioria destes moradores não tinha experiência em conseguir emprego na cidade. Mas com o tempo e aos poucos, se adaptaram à nova vida na cidade.

(d) Os moradores mais antigos ainda sentem saudades da comunidade de Canela e da vida simples que tinham, no entanto, estes ainda reconhecem que na cidade, houve o acesso a mais recursos e serviços.

(e) A entrevistada tem a sua casa própria e conseguiu criar meus filhos com mais oportunidades do que teria em Canela. Por isso, acha que a mudança foi positiva, mas ainda sente falta da vida naquela comunidade.

(f) A entrevistada acha que a cidade cresceu muito e trouxe muitos benefícios para a população. Mas também muitos desafios, como a desigualdade social e a falta de infraestrutura em algumas áreas. Assim, referiu que ainda tem muito a ser feito para tornar a cidade mais justa e igualitária para todos.

REFERÊNCIAS

- ABRÃO, J. A. A. Concepções de espaço geográfico e território. **Sociedade e Território**, p. 46-64, 2010.
- ABREU, R. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. **Memória e novos patrimônios**, v. 1, p. 67-93, 2015.
- ALMAQUE CULTURAL DO TOCANTINS. Memória do Canela, v. 8. Palmas: Secult, 2000.
- ALMEIDA, D. R. O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à Multiterritorialidade. **Revista Formadores**, v. 7, n. 1, p. 74-77, 2014.
- ANDRÉ, J. Jean Laplanche. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 15, p. 761-765, 2012.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BESSA, K.; OLIVEIRA, C. F. P. Ordem e desordem no processo de implantação de Palmas: a capital projetada do Tocantins. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, v. 21, n. 2, p. 497-517, agosto. 2017.
- BLANK, D. M. P. Repensando o patrimônio (cultural): cultura, identidade e memória. **Prisma Jurídico**, v. 13, n. 1, p. 37-70, 2014.
- BRITO, E. P.; ALMEIDA, M. G. A organização e o sentido da cidade de Palmas. *In*: LIRA, E. R.; SANTOS, R. S. **Fronteira, território e cidades no cerrado: discussões e reflexões socioterritoriais**. Goiânia: Kelps, 2017.
- CHELOTTI, M. C. Reterritorialização e identidade territorial. **Sociedade & Natureza**, v. 22, p. 165-180, 2010.
- CORRALO, G. S. A democracia participativa nos municípios brasileiros. *In*: HERMANY, R. (Org.). **Empoderamento social local**. Santa Cruz: Editora IPR, p. 289-306, 2010.
- CRUZ, J. Memória e a dimensão política da identidade na comunidade Canela – Estado do Tocantins (2000 – 2008). *In*: REIS, P. O. B (Org.). **Palmas: um projeto e múltiplos olhares**. Palmas: Editora da UFT, 2015, p. 63-79.
- FERNANDES, J. L. J. A desterritorialização como factor de insegurança e crise social no mundo contemporâneo. *In*: Jornadas Internacionais de Estudos sobre Questões Sociais, I, 2008. **Anais...** Porto, Póvoa de Varzim, 2008.
- FERREIRA, D. S. Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência geográfica. **Revista Campo-Território**, v. 9, n. 17, 2014.
- FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. *In*: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991.
- GARLET, I.; ASSIS, V. Desterritorialização e reterritorialização: a compreensão do território

e da mobilidade Mbyá-Guarani através das fontes históricas. **Fronteiras**, v. 11, n. 19, p. 15-46, 91, 2009.

HAESBAERT, R. Desterritorialização sem limites – Reflexões geográficas em tempos de pandemia. **Boletim – Ciências Sociais e o coronavírus**, n. 17. Disponível em: <<https://cutt.ly/BwRgYU9a>>. Acesso em: 20 maio 2020.

HAESBAERT, R. **Dilema de conceitos:** espaço-território e contenção territorial. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, p. 95-120, 2009.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, v. 9, n. 17, p. 19-45, 2007.

HAESBAERT, R.; BRUCE, G. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. **GEOgraphia**, v. 4, n. 7, p. 7-22, 2002.

HAESBAERT, R.; RAMOS, T. O mito da desterritorialização econômica. **GEOgraphia**, v. 6, n.12, p. 25-48, 2004.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

IVO, A. B. L. A periferia em debate: questões teóricas e de pesquisa. **Caderno CRH**, v. 23, p. 09-15, 2010.

LAMEIRAS, A. A. **Desterritorialização e reorganização das geografias pessoais:** o caso do desemprego. Ensaio metodológico. 67 f. 2013. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra. Coimbra, Portugal. 2013.

LIMA, D. M. Ribeirinhos, Pescadores e a Construção da Sustentabilidade nas Várzeas dos Rios Amazonas e Solimões. **Boletim Rede Amazônia: Diversidade Cultural e Perspectivas Socioambientais**, v. 3, n. 1, p. 57-66, 2004.

LIMA, E. M. F. A.; YASUI, S. Territórios e sentidos: espaço, cultura, subjetividade e cuidado naatenção psicossocial. **Saúde em debate**, v. 38, p. 593-606, 2014.

LIRA, J. R. O. **estudo da migração internacional na Amazônia brasileira a partir da análise dos dados de especialidade e seletividade dos Censos de 2000 e 2010**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Pará. Belém, 2010, p. 1-91.

LIRA, R. E. **A cidade planejada e a segregação socioespacial urbana:** o estudo de Palmas – TO, Brasil. Porto Nacional, jan. 1999. Disponível em: <<https://cutt.ly/4wRgfwnX>>. Acesso em: 10 out. 2012.

LIRA, R. E. **A gênese de Palmas - Tocantins:** a geopolítica de (re)ocupação territorial na AmazôniaLegal. Goiânia: Kelps, 2011.

- LOURENÇO, N. Globalização e glocalização. O difícil diálogo entre o global e o local. **Mulemba, Revista Angolana de Ciências Sociais**, n. 4, v. 8, p. 17-31, 2014.
- LUCINI, A. C. G. C. **Palmas, no Tocantins, terra de quem?** As desapropriações e desposseções de terras para a implantação da última capital projetada do século XX. 230 f. 2018. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Tocantins. Palmas, 2018.
- MARQUES, A. P. S. Da construção do espaço à construção do território. **Fluxos & Riscos-Revista de Estudos Sociais**, v. 1, n. 1, p. 75-88, 2010.
- MATOS, F.; DIAS, R. **Governança pública: novo arranjo de governo**. Campinas: Alínea, 2013.
- MEDEIROS, R. M. V. Território, espaço de identidade. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, p. 217-227, 2009.
- MENESES, P. **Abordagens hegelianas**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2006.
- NOGUEIRA, M. J.; LIRA, E. R. Expansão urbana e periferização na cidade de Palmas–TO: o caso Santo Amaro. *In: Encontro Nacional de Geógrafos, XVIII, A construção do Brasil: geografia, ação política e democracia. Anais...* Maranhão: São Luís, 2016.
- NOGUEIRA, M. J.; LIRA, E. R. Processo de periferização na cidade de Palmas – TO: As condições de moradia no setor Santo Amaro. *In: Seminário de iniciação científica da UFT, 9, 2013. Anais...* Palmas: UFT, 2013.
- PARRIÃO, D. M. S. **Impactos sociais: construção da usina hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães**. 63f. 2011. Monografia (Graduação em Administração) – Universidade de Brasília. Brasília, 2011.
- RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- REIS, P. O. B. **Modernidades tardias no cerrado: discursos e práticas na história de Palmas - TO (1990-2010)**. 2011. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.
- RICHARD, N. The cultural periphery and postmodern decentring: Latin America's reconversion of borders. **Rethinking Borders**, Palgrave Macmillan, London, 1996. p. 71-84.
- RODRIGUES, A. M. **Moradia nas Cidades Brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1988.
- SANTOS, A. M. Povoado Canela em Palmas–TO: lugar e reassentamento. **Revista Interface (Porto Nacional)**, n. 14, p. 90-98, 2017.
- SANTOS, J. V. II. **Memória e identidade**. Curitiba: APPRIS, 2015.
- SANTOS, J. V. **Memória e a dimensão política da identidade na comunidade Canela - estado do Tocantins (2000 - 2008)**. 2011. (Tese de Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

SANTOS, M. O retorno do território. *In*: SANTOS, M. et al. (Orgs.) **Território, globalização e fragmentação**. Editora Hucitec. São Paulo, 1996. p. 15.

SANTOS, M. **Território globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994. p.71.

SANTOS, R. S.; LIRA, E. R.; CALAÇA, M.; CHAVEIRO, E. F. **Território e diversidade territorial no cerrado: cidades, projetos regionais e comunidades tradicionais**. Goiânia: Kelps, 2013.

SAQUET, M. A. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i) materialidade. **Geosul**, v. 22, n. 43, p. 55-76, 2007.

SAQUET, M. A. Proposições para estudos territoriais. **Geografia, Paraná**, ano VIII, n.15, p.71-85, 2006.

SAQUET, M. A.; SILVA, S. S. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **Geo UERJ**, v. 2, n. 18, p. 24-42, 2008.

SCHULZ, A. A. **Cotidiano e modo de vida dos reassentados do Canela, em Palmas-TO, 15 anos após o deslocamento compulsório**. 134 f. 2016. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Tocantins. Palmas, 2016.

SILVA, S. S. **Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território**. 145 f. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, Paraná, 2009.

SOUZA, D. P. **Desenvolvimento e Meio Ambiente: um estudo sobre a percepção da Comunidade do Reassentamento Luzimangues, Porto Nacional – TO**. 2014. 68f. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Aberta do Brasil (Universidade Brasília), Tocantins, Palmas, 2014, p. 15.

TEIXEIRA, T. R. A.; ANDRADE, Á. O conceito de território como categoria de análise. *In*: Encontro Nacional dos Geógrafos, XVI. **Anais...** Porto Alegre, Rio Grande de Sul, 2010.

TELLES, R. A. A efetividade da matriz de amarração de Mazzon nas pesquisas em Administração. **RAUSP Management Journal**, v. 36, n. 4, p. 64-72, 2001.

TZFADIA, E.; YACOBI, H. **Rethinking Israeli space: periphery and identity**. Reino Unido: Routledge, 2011.